

v. 14 n.1 (2026)

ISSN 2318-6186

ARCHEION Revista de Arquivologia da UFPB

ON LINE



SUMÁRIO

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS COMO AGENTES DE LETRAMENTO INFORMACIONAL E FORMAÇÃO CIDADÃ: memória, preservação documental e práticas educativas..... **03-20**

Alairson José da Silva

Ricardo Roberto de Andrade

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL: panorama de pesquisas na ciência da informação **21-37**

Luana Shirley Dias Maciel

Luciane Pantoja do Nascimento

Renata Lira Furtado

Gabriela Belmont de Farias

CONTRIBUIÇÕES DA INTENCIONALIDADE INFORMACIONAL PARA DIÁLOGOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS COM A ARQUIVOLOGIA **38-54**

Fernanda Alves Sanchez

Claudialyne Araújo da Silva

Silvana Ap. B. G. Vidotti

GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES: compreensões preliminares. **55-76**

Pedro Ivo Silveira Andretta

José Aroldo Costa Carvalho Junior

Michelle Juliana Vieira Gomes

ENTRE A INFORMAÇÃO E O SILÊNCIO: invisibilidade documental e desafios arquivísticos no acervo de manuscritos de José Américo de Almeida **77-94**

Danielle Alves de Oliveira

Thiago Gomes Medeiros



Editorial

A revista *Archeion Online* publica mais uma edição v.14, n.1 de 2026, evidenciando temáticas diversas distribuídos em:

Artigos originais

Arquivos e bibliotecas como agentes de letramento informacional e formação cidadã: memória, preservação documental e práticas educativas. Autorias: Alairson José da Silva; Ricardo Roberto de Andrade.

Competência em informação e sustentabilidade informacional: panorama de pesquisas na ciência da informação. Autorias: Luana Shirley Dias Maciel; Luciane Pantoja do Nascimento; Renata Lira Furtado; Gabriela Belmont de Farias.

Contribuições da intencionalidade informacional para diálogos teóricos e conceituais com a arquivologia. Autorias: Fernanda Alves Sanchez; Claudialyne Araújo da Silva; Silvana Ap. B. G. Vidotti

Artigos de revisão

Governança da informação nas organizações: compreensões preliminares. Autorias: Pedro Ivo Silveira Andretta; José Aroldo Costa Carvalho Junior; Michelle Juliana Vieira Gomes.

Relatos de Experiência

Entre a informação e o silêncio: invisibilidade documental e desafios arquivísticos no acervo de manuscritos de José Américo de Almeida. Autorias: Danielle Alves de Oliveira e Thiago Gomes Medeiros;

Convidamos para a leitura dos artigos e desejamos uma profícua produção de novos conhecimentos!

Ediane Toscano Galdino de Carvalho

Editora



**ARQUIVOS E BIBLIOTECAS COMO AGENTES DE LETRAMENTO
INFORMACIONAL E FORMAÇÃO CIDADÃ:** memória, preservação documental e
práticas educativas

**ARCHIVES AND LIBRARIES AS AGENTS OF INFORMATION LITERACY AND
CITIZENSHIP EDUCATION:** memory, documentary preservation, and educational
practices

Alairson José da Silva¹
Ricardo Roberto de Andrade²

RESUMO

Este artigo analisa o papel de arquivos e bibliotecas como ambientes formativos essenciais à promoção do letramento informacional e ao fortalecimento da cidadania no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de um estudo de natureza teórico-reflexiva, fundamentado em revisão crítica da literatura e em reflexões sobre as interfaces entre memória, mediação da informação e práticas educativas. Discute-se como essas unidades de informação contribuem para o desenvolvimento de competências relacionadas ao acesso, à seleção, à avaliação e ao uso ético da informação, ampliando a autonomia dos sujeitos e favorecendo sua participação social. A análise teórica evidencia que arquivos e bibliotecas, ao atuarem como espaços de memória, cultura e mediação informacional, assumem papel estratégico na formação cidadã, especialmente diante de desafios contemporâneos como a desinformação, a circulação massiva de conteúdos não verificados e as desigualdades de acesso à informação. Argumenta-se que o fortalecimento do Letramento Informacional requer o reconhecimento do caráter educativo e sociopolítico dessas instituições, bem como o incentivo a práticas de mediação voltadas ao desenvolvimento do senso crítico, da responsabilidade informacional e do engajamento democrático. Conclui-se que a atuação articulada entre arquivos e bibliotecas potencializa processos formativos comprometidos com a cidadania, a formação humana integral e a democratização do conhecimento.

Palavras-chave: Letramento informacional; Arquivos; Bibliotecas; Formação cidadã; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This article analyzes the role of archives and libraries as formative environments essential to the promotion of Information Literacy (IL) and the strengthening of citizenship within the context of Professional and Technological Education (PTE). It is a theoretical-reflective study grounded in a critical review of the literature and reflections on the interfaces among memory, information mediation, and educational practices. The study discusses how these information units contribute to the development of competencies related to the access, selection, evaluation, and ethical use of information, enhancing individuals' autonomy and fostering social participation. The theoretical analysis indicates that archives and libraries, as spaces of memory, culture, and information mediation, play a strategic role in citizenship education, especially in the face of contemporary challenges such as disinformation, the widespread circulation of unverified content, and inequalities in access to information. It is argued that strengthening Information Literacy requires recognizing the educational and sociopolitical nature of these

¹ Bibliotecário | Instituto Federal de Ciências e Tecnologia Triângulo Mineiro | E-mail: alairsonsilva@hotmail.com

² Técnico em Arquivo | Instituto Federal de Ciências e Tecnologia Triângulo Mineiro | E-mail: ricardor.arquivista@gmail.com



institutions, as well as encouraging mediation practices aimed at developing critical thinking, informational responsibility, and democratic engagement. It is concluded that the articulated action between archives and libraries enhances formative processes committed to citizenship, integral human development, and the democratization of knowledge.

Keywords: Information Literacy; Archives; Libraries; Citizenship Education; Professional and Technological Education.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação, sua avaliação crítica e seu uso ético constituem dimensões essenciais para o exercício da cidadania em sociedades democráticas. Entretanto, o cenário contemporâneo, marcado pelo crescimento acelerado da informação digital, pela ampliação das bibliotecas virtuais e pela circulação massiva de conteúdos descontextualizados, intensifica os desafios relacionados à apropriação qualificada da informação.

Nesse contexto, destaca-se a importância de investigar como diferentes instituições da informação, especialmente arquivos e bibliotecas, em suas modalidades físicas e digitais, podem contribuir para a formação de sujeitos críticos e socialmente participativos. Os arquivos preservam documentos que registram a memória institucional e social, assegurando o acesso à informação e favorecendo a transparência pública. Além de sua função custodial, constituem espaços que possibilitam a compreensão crítica dos processos históricos e institucionais (Paes, 2017; Indolfo, 2007).

As bibliotecas, por sua vez, disponibilizam acervos, recursos informacionais e ambiente de aprendizagem que favorecem a identificação, seleção, avaliação e uso ético da informação (Gasque, 2012; Alves; Suaiden, 2016; Azevedo; Ogécime, 2019). Quando atuam de forma articulada, arquivos e bibliotecas podem ampliar seu potencial educativo, associando memória, informação e formação crítica em benefício da participação cidadã.

Essa discussão torna-se especialmente relevante no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cuja proposta formativa não se limita à preparação técnica para o mercado de trabalho. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), a EPT deve promover uma formação humana integral, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis do processo educativo. Nessa perspectiva, o acesso crítico à informação e o desenvolvimento do letramento informacional contribuem para a formação de sujeitos capazes de compreender a realidade social, participar de forma crítica da vida pública e atuar conscientemente no mundo do trabalho.



Apesar da relevância do tema, a literatura nacional ainda apresenta número reduzido de estudos que abordam de forma integrada a atuação de arquivos e bibliotecas em instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica, especialmente no que se refere às ações educativas voltadas ao LI e à formação cidadã. Considerando a função social dessas instituições na democratização do acesso à informação, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira arquivos e bibliotecas vinculados às instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica podem atuar de forma articulada na promoção do LI e da formação cidadã?

Parte-se da hipótese de que a atuação integrada entre arquivos e bibliotecas fortalece o acesso qualificado à informação, favorece o desenvolvimento do pensamento crítico e amplia as possibilidades de participação cidadã dos sujeitos atendidos por essas instituições.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar o papel articulado de arquivos e bibliotecas vinculados às instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica na promoção do LI e da formação cidadã.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo, de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão crítica de literatura e em análise de marcos legais e institucionais relacionados a arquivos, bibliotecas, LI e formação cidadã. Foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas da Ciência da Informação, da educação e da filosofia social, com ênfase em autores que discutem letramento informacional, mediação da informação e cidadania, além de estudos específicos sobre arquivos, memória e políticas de informação. A escolha das referências obedeceu a critérios de relevância temática e aderência ao problema de pesquisa, não tendo a pretensão de esgotar o assunto, mas de construir um quadro analítico que permita compreender, em perspectiva crítica, o papel articulado de arquivos e bibliotecas na promoção do LI e da formação cidadã.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que fundamenta este artigo está estruturado a partir de cinco eixos temáticos inter-relacionados: o LI e sua contribuição para a formação cidadã; os



arquivos como espaços de memória, preservação documental e educação; as bibliotecas como ambientes de mediação da informação e desenvolvimento crítico; as interfaces e convergências entre arquivos e bibliotecas; e os desafios contemporâneos relacionados à mediação da informação em contextos marcados pela expansão das tecnologias digitais e pela circulação intensiva de conteúdos informacionais. A discussão desses eixos busca compreender como essas instituições podem atuar de forma articulada na promoção do LI e da formação cidadã, especialmente no âmbito das instituições públicas de EPT, contribuindo para a construção de sujeitos críticos, autônomos e socialmente participativos.

3.1 Letramento informacional e formação cidadã

O LI compreende um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitam aos sujeitos reconhecer necessidades informacionais, localizar, avaliar e utilizar informações de maneira crítica, ética e responsável. Embora inicialmente associado ao domínio de técnicas de busca e recuperação da informação, o conceito passou a incorporar dimensões cognitivas, sociais, culturais e políticas, sendo compreendido como prática social relacionada à construção da autonomia intelectual e da participação cidadã (Gasque, 2012).

A literatura brasileira compreende o LI como uma prática social desenvolvida em contextos educativos e mediada por instituições, sujeitos e tecnologias. Nessa perspectiva, aprender a lidar criticamente com a informação envolve processos contínuos de reflexão, interpretação e diálogo com a realidade (Campello, 2009). Tal compreensão aproxima o LI da formação cidadã, especialmente em um contexto marcado pela sobrecarga informacional, pela disseminação de desinformação e pelo crescimento das tecnologias digitais.

Antes de aprofundar a discussão sobre o letramento informacional, é importante destacar que a literatura da Ciência da Informação apresenta diferentes interpretações acerca das expressões LI e competência em informação. Alves (2025) demonstra que essas terminologias resultam de distintos processos de apropriação e tradução do termo *information literacy* no contexto brasileiro. Segundo a autora, enquanto a competência em informação é frequentemente associada a um conjunto mais amplo de conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas ao acesso, à avaliação e ao uso da informação, o LI enfatiza



os processos educativos, sociais e formativos relacionados à apropriação crítica da informação. Nesse sentido, embora se reconheça a existência de aproximações entre esses conceitos, este estudo adota a expressão LI por compreender que ela dialoga de forma mais direta com a dimensão educativa, cidadã e emancipatória das práticas desenvolvidas por arquivos e bibliotecas.

A relação entre LI e cidadania torna-se ainda mais evidente no contexto contemporâneo, marcado pela sobrecarga informacional, pelo avanço das tecnologias digitais e pela disseminação acelerada de conteúdos enganosos e desinformativos. A capacidade de avaliar fontes, detectar vieses, interpretar dados e identificar discursos manipulativos tornou-se condição necessária para a atuação consciente na vida pública (Alves; Suaiden, 2016). A ausência de práticas formativas voltadas ao LI fragiliza o processo democrático, pois compromete a capacidade dos indivíduos de avaliar criticamente informações, reconhecer direitos e participar de forma consciente do debate público.

Nesse cenário, é fundamental destacar o papel das instituições da informação, sobretudo arquivos e bibliotecas, como ambientes formativos que favorecem o desenvolvimento de práticas de letramento informacional. Arquivos oferecem acesso a documentos autênticos que registram trajetórias institucionais e sociais, contribuindo para a compreensão da memória coletiva, da cidadania e da consciência histórica (Paes, 2017; Indolfo, 2007). A análise desses documentos possibilita compreender como decisões, políticas e ações foram construídas ao longo do tempo, favorecendo o desenvolvimento do senso crítico. As bibliotecas, por sua vez, desempenham importante função educativa ao disponibilizar informações organizadas, materiais de estudo e orientação especializada. Segundo Azevedo e Ogécime (2019), a mediação realizada pelos bibliotecários favorece a aprendizagem crítica ao orientar os usuários na seleção, avaliação e uso de fontes confiáveis de informação.

Na prática, essa mediação pode ocorrer por meio de oficinas de orientação para pesquisa, capacitações voltadas ao uso de bases de dados e repositórios digitais, atividades de avaliação crítica de fontes de informação, elaboração de guias de pesquisa, ações de incentivo à leitura, exposições temáticas e acompanhamento dos usuários na utilização de recursos informacionais físicos e digitais. Nesse processo, a biblioteca física ou digital torna-se espaço privilegiado de desenvolvimento de competências



informacionais, articulando práticas educativas, recursos tecnológicos e mediação humana.

No contexto da EPT, o LI pode ser compreendido como uma dimensão que contribui para a formação humana integral, ao favorecer o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade crítica dos estudantes. Para Ramos (2008), a formação integrada busca superar a fragmentação entre formação geral e formação profissional, possibilitando que os sujeitos compreendam as relações entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Nesse sentido, o desenvolvimento de práticas de letramento informacional em arquivos e bibliotecas pode fortalecer processos educativos comprometidos com a emancipação e a cidadania.

A articulação entre arquivos e bibliotecas amplia significativamente o alcance do letramento informacional, pois conecta memória, informação e aprendizagem em um processo integrado. A aproximação entre essas instituições favorece ações conjuntas de mediação, atividades formativas e projetos educativos que estimulam o pensamento crítico e promovem o entendimento das relações entre informação, poder, história e cidadania. Assim, o LI assume papel central na construção de sujeitos capazes de intervir de forma ética e consciente nas transformações sociais, fortalecendo práticas democráticas e promovendo uma participação cidadã mais qualificada.

3.2 Arquivos como espaços de memória e educação

Os arquivos desempenham papel fundamental na preservação da memória social, na garantia do acesso à informação e no fortalecimento das práticas democráticas. Mais do que espaços de custódia documental, constituem sistemas de informação responsáveis por preservar registros que testemunham o funcionamento das instituições e das relações sociais. Nesse sentido, asseguram a autenticidade, a integridade e a continuidade dos documentos, contribuindo para a gestão administrativa, a pesquisa e o exercício da cidadania (Paes, 2017).

Sob esse prisma da memória social, os documentos arquivísticos podem ser compreendidos como registros que expressam experiências, valores e práticas produzidas historicamente pelos diferentes grupos sociais. O acesso a esses documentos permite compreender trajetórias institucionais, processos históricos e formas de organização da vida coletiva (Bellotto, 2008).



Autores contemporâneos como Ricoeur (2007) e Arendt (2011) contribuem para aprofundar essa reflexão ao discutirem a relação entre memória, história e ação política. Para Ricoeur, a memória precisa ser mediada pelo testemunho, pela crítica histórica e pelo exame documental, de modo que a sociedade possa interpretar seu passado com responsabilidade ética. Já Arendt destaca que a compreensão do mundo somente é possível quando os indivíduos têm acesso às experiências acumuladas pelas gerações anteriores e os arquivos, nesse sentido, funcionam como pontes entre tempos e experiências distintas.

Andrade; Silva (2024) destacam que os arquivos não apenas registram o passado, mas também organizam narrativas e selecionam aquilo que é digno de ser lembrado, evidenciando seu papel na constituição da memória social. Segundo os autores, os processos de classificação, acesso e autenticação documental não são neutros, mas participam da construção de determinadas visões sobre o passado e sobre a própria realidade social. Essa concepção aproxima os arquivos da noção foucaultiana de arquivo como matriz discursiva que define as condições de enunciação e legitima determinadas versões da história.

No campo da filosofia e teoria social, Foucault (2015) amplia a compreensão dos arquivos ao analisá-los como dispositivos de poder que estruturam regimes de visibilidade e enunciabilidade. Nessa perspectiva, os arquivos não apenas preservam documentos, mas também influenciam a produção, a circulação e a legitimação dos discursos em uma determinada sociedade. Essa abordagem contribuiu para compreender a dimensão política dos arquivos e a importância de políticas democráticas de acesso, preservação e gestão documental.

Na perspectiva das políticas públicas de informação, Jardim (1996) aponta que os arquivos constituem pilares da transparência e do controle social. O acesso aos documentos administrativos permite que cidadãos fiscalizem ações governamentais, compreendam decisões e exerçam seus direitos. Com isso, os arquivos tornam-se instrumentos de democratização da informação, contribuindo para reduzir assimetrias de poder entre Estado e sociedade civil. Nessa mesma direção, Indolfo (2007) ressalta que a gestão documental é condição indispensável para assegurar a preservação dos registros institucionais e o acesso contínuo à informação. Essa discussão ganha ainda mais relevância no contexto brasileiro com a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que reforça a necessidade de arquivos organizados, preservados e



acessíveis para garantir a efetivação do direito à informação e o fortalecimento das práticas democráticas.

A dimensão educativa dos arquivos emerge como um desdobramento dessas funções. Ao aproximarem diferentes públicos de documentos produzidos em contextos históricos e institucionais específicos, os arquivos favorecem a leitura crítica da realidade e a compreensão dos processos sociais. Saraiva e Pereira (2018) afirmam que iniciativas de difusão e mediação ampliam a compreensão social do patrimônio documental e podendo contribuir para a formação de um olhar crítico sobre o passado e o presente.

3.3 Bibliotecas como espaços de formação crítica e mediação da informação

As bibliotecas constituem espaços formativos essenciais para o acesso, a organização e a mediação da informação. Ao disponibilizarem acervos, recursos tecnológicos e serviços especializados, contribuem para a construção de conhecimentos, para o desenvolvimento do LI e para a formação cidadã. No contexto contemporâneo, marcado pela ampliação dos ambientes digitais, sua função social torna-se ainda mais relevante ao favorecer o acesso democrático à informação e reduzir desigualdades informacionais (Gasque, 2012).

Essa atuação é ampliada pelo uso de tecnologias digitais, que transformam as bibliotecas em ambientes híbridos, integrando coleções impressas, repositórios digitais, bases de dados e plataformas interativas. Para Valentim (2010), esses ambientes configuram ecossistemas informacionais nos quais tecnologias, recursos e práticas de mediação articulam-se para atender às necessidades informacionais da comunidade.

A mediação da informação ocupa lugar nesse processo. Segundo Azevedo e Ogécime (2019), ela compreende ações desenvolvidas pelos profissionais da informação para orientar os usuários na busca, seleção, avaliação e uso crítico das fontes informacionais. Essa mediação materializa-se por meio de atividades formativas, orientação para pesquisas, uso de bases de dados, ações de incentivo à leitura e iniciativas voltadas à avaliação crítica da informação. Dessa forma, o bibliotecário atua como agente educativo, promovendo o uso ético, consciente e reflexivo da informação.

A dimensão educativa das bibliotecas aproxima-se das reflexões de Freire (1996), para quem a leitura do mundo antecede a leitura da palavra. Nessa perspectiva, a



biblioteca configura-se como espaço de reflexão, diálogo e construção da autonomia, favorecendo interpretações críticas da realidade social.

Como demonstrado por Andrade; Silva (2024), o ambiente da biblioteca também opera mecanismos de vigilância simbólica, como monitoramento do comportamento dos usuários, controle do uso de materiais e regulação de práticas de leitura, que influenciam processos formativos e podem tanto ampliar quanto limitar a autonomia dos sujeitos. A biblioteca, enquanto espaço disciplinado e disciplinador, produz modos de leitura e de circulação da informação, aproximando-se da perspectiva foucaultiana de que instituições de conhecimento moldam sujeitos e práticas sociais.

No campo da filosofia social, Habermas (1984) contribui para compreender a biblioteca como espaço de circulação de discursos, debate público e formação racional. A biblioteca, ao garantir acesso a múltiplas vozes, amplia a participação dos sujeitos na esfera pública e favorece a construção de argumentos informados. De modo semelhante, Boaventura de Sousa Santos (2000) reforça a importância das instituições de conhecimento para democratizar saberes e enfrentar desigualdades que afetam grupos historicamente excluídos.

Bibliotecas também são espaços de preservação e difusão da memória social, especialmente por meio de repositórios institucionais, coleções especiais, acervos históricos, materiais raros e bases de dados especializadas. Nesse sentido, aproximam-se dos arquivos ao desempenhar funções educativas relacionadas à memória, patrimônio documental e produção de conhecimento (Costa, 2018). Exposições, ações culturais, clubes de leitura, oficinas, rodas de conversa e atividades de extensão ampliam o papel da biblioteca na comunidade, fortalecendo vínculos identitários e promovendo a participação social.

No contexto da educação formal e não formal, bibliotecas escolares, públicas e universitárias desenvolvem projetos de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, integrando-se às práticas pedagógicas de docentes e às dinâmicas de aprendizagem dos estudantes. Para Libâneo (2013), processos educativos participativos exigem o acesso a múltiplas fontes de informação, e as bibliotecas desempenham papel fundamental ao ofertar recursos informacionais que ampliam a compreensão crítica dos conteúdos curriculares.

Assim, as bibliotecas afirmam-se como instituições para a democratização do acesso à informação, para o desenvolvimento do LI e para o fortalecimento da cidadania.



Por meio da mediação da informação e de ações educativas, contribuem para a formação de sujeitos capazes de participar criticamente da vida social.

3.4 Interseções entre arquivos e bibliotecas

A relação entre arquivos e bibliotecas tem se aprofundado nas últimas décadas, especialmente no âmbito das políticas públicas de informação, das práticas de preservação documental e das ações educativas voltadas ao LI e à formação cidadã. Embora possuam naturezas documentais distintas, essas instituições compartilham a missão de organizar, preservar e mediar o acesso à informação, atuando como espaços de memória, conhecimento e formação crítica. Andrade; Silva (2024) argumentam que arquivos e bibliotecas compartilham uma lógica institucional baseada na vigilância epistemológica: ambas organizam, classificam e legitimam certos conteúdos em detrimento de outros, definindo os limites daquilo que pode ser enunciado e preservado como memória.

Historicamente, arquivos e bibliotecas foram concebidos como dispositivos institucionais separados, cada qual com características e funções específicas. Os arquivos guardam documentos produzidos no decorrer das atividades institucionais e sociais, enquanto as bibliotecas reúnem acervos selecionados para fins educativos, informacionais, culturais ou científicos (Paes, 2017; Costa, 2018). Entretanto, a complexidade informacional contemporânea, aliada ao desenvolvimento das tecnologias digitais, favorece uma convergência funcional que aproxima essas instituições e amplia suas possibilidades de atuação conjunta.

Essa articulação é destacada por Jardim (1996), ao reconhecer que arquivos, bibliotecas e centros de documentação constituem pilares das políticas de informação de um Estado democrático. A atuação integrada fortalece a transparência administrativa, garante a continuidade da memória institucional e amplia a circulação social do conhecimento. Para Bellotto (2008), a relação entre essas instituições permite articular diferentes dimensões da memória social: enquanto os arquivos revelam vestígios históricos de processos administrativos e políticos, as bibliotecas oferecem condições para interpretar criticamente esses registros, contextualizando-os em narrativas mais amplas.



Do ponto de vista educativo, a integração entre arquivos e bibliotecas possibilita práticas formativas que estimulam o pensamento crítico, a consciência histórica e o desenvolvimento de competências informacionais. Atividades como exposições documentais, oficinas de leitura de fontes primárias, projetos de história oral, produções audiovisuais, clubes de leitura temática, ambientações pedagógicas e trilhas investigativas permitem que estudantes compreendam o papel da informação na construção da história e no debate público. Azevedo e Ogécime (2019) reforçam que a mediação da informação, quando realizada de forma colaborativa, potencializa a autonomia dos sujeitos e contribui para o enfrentamento da desinformação.

Essa integração também favorece o desenvolvimento do letramento informacional, especialmente quando arquivos e bibliotecas atuam de modo coordenado em atividades educativas. Gasque (2012) argumentam que a aprendizagem informacional se fortalece quando os sujeitos têm acesso a múltiplas tipologias documentais, interagem com fontes primárias e secundárias e refletem criticamente sobre autenticidade, autoria, intencionalidade, confiabilidade e contexto de produção das informações. A interseção entre documentos arquivísticos e materiais bibliográficos cria um ambiente formativo plural, capaz de estimular habilidades cognitivas e éticas necessárias à leitura crítica do mundo.

Sob a perspectiva da Filosofia e da Educação, Freire (1996) e Habermas (1984) iluminam o potencial emancipatório dessa articulação. Para Freire, o conhecimento crítico emerge da problematização da realidade, e arquivos e bibliotecas, ao disponibilizarem documentos, narrativas e interpretações, possibilitam que os sujeitos compreendam as contradições de sua história. Habermas, ao discutir a esfera pública, destaca que instituições de memória e informação são essenciais para o debate racional, pois ampliam o acesso a discursos, dados e argumentos que fundamentam a deliberação democrática. Assim, a interseção entre arquivos e bibliotecas fortalece ambientes informacionais que sustentam práticas cidadãos participativas.

Essa articulação torna-se ainda mais evidente quando arquivos e bibliotecas convergem para práticas de mediação que orientam modos de leitura, seleção e interpretação da informação. Conforme analisam Andrade; Silva (2024), essas instituições não apenas disponibilizam documentos e fontes de pesquisa, mas também modelam, por meio de classificações, normas, políticas de acesso e rotinas de tratamento documental, a forma como o conhecimento pode ser compreendido e legitimado



socialmente. Nesse sentido, atuam como dispositivos de poder que organizam discursos, regulam formas de uso da informação e influenciam processos de construção da memória e da identidade social.

Na era digital, essa integração assume novas dimensões. Repositórios Institucionais, plataformas de dados abertos, acervos digitais, bibliotecas virtuais e sistemas de gestão documental criam ecossistemas informacionais interconectados. Esses espaços ampliam o acesso a documentos primários e secundários, favorecem a interoperabilidade entre sistemas, possibilitam novas formas de difusão da informação e ampliam o alcance das ações educativas e culturais (Valentim, 2010). A digitalização também favorece uma maior transparência pública, contribuindo para reduzir desigualdades informacionais e fortalecer o controle social.

A articulação entre arquivos e bibliotecas, portanto, não se limita a compartilhar espaços físicos ou acervos, mas envolve ações integradas de mediação, formação, difusão, pesquisa e promoção da cidadania. Essa sinergia amplia o potencial pedagógico e informacional dessas instituições, fortalece a preservação da memória coletiva e contribui para a construção de sujeitos mais críticos, conscientes e participativos.

3.5 Desafios contemporâneos na mediação da informação e na promoção do letramento informacional

Os desafios enfrentados por arquivos e bibliotecas na contemporaneidade não se limitam a questões técnicas ou estruturais. Eles envolvem dimensões políticas, éticas, epistemológicas e pedagógicas que influenciam profundamente a mediação da informação, a preservação documental e a formação de sujeitos críticos. A sociedade digital, marcada por fluxos intensos de dados, múltiplas fontes informacionais e crescente dependência tecnológica, traz exigências novas e complexas para instituições tradicionais de memória e informação. Um dos desafios centrais é a sobrecarga informacional e a circulação massiva de conteúdos descontextualizados. Gasque (2012) destaca que, diante da abundância informacional, o LI torna-se habilidade essencial para diferenciar dados confiáveis de conteúdos manipulados. Entretanto, essas competências não se desenvolvem de modo espontâneo: dependem de ações pedagógicas estruturadas e de ambientes formativos que estimulem a análise crítica e a interpretação responsável da informação.



Outro obstáculo significativo envolve as desigualdades informacionais e digitais, que afetam especialmente populações vulnerabilizadas. A falta de acesso à internet de qualidade, a dispositivos adequados e à formação digital limita o exercício pleno da cidadania e impede que boa parte da população usufrua dos serviços informacionais oferecidos por arquivos e bibliotecas. Gasque (2012) argumenta que o desenvolvimento das competências informacionais exige condições materiais e políticas institucionais que assegurem equidade no acesso, infraestrutura robusta e mediação qualificada.

No âmbito institucional, arquivos e bibliotecas enfrentam problemas estruturais relacionados à gestão documental, à preservação digital, à obsolescência tecnológica e à rotatividade de profissionais. Como ressalta Paes (2017), a gestão da informação depende de políticas constantes, investimentos adequados e práticas sistemáticas de preservação. A fragilidade desses elementos compromete a continuidade dos acervos, a credibilidade das instituições e a garantia do direito à informação previsto na legislação vigente.

Entretanto, um dos desafios mais profundos, e menos discutidos, refere-se à dimensão política e disciplinadora das instituições da informação. Conforme analisam Andrade; Silva (2024), arquivos e bibliotecas participam de processos de vigilância simbólica e institucional ao organizarem, classificarem e controlarem fluxos documentais e informacionais. Essa perspectiva dialoga diretamente com Foucault (2015), que identifica as instituições de registro e arquivo como dispositivos que regulam comportamentos, definem normas e produzem formas específicas de subjetivação. Bibliotecas, ao registrarem perfis de uso, restringirem acessos ou monitorarem comportamentos, também operam mecanismos de disciplinamento invisível que moldam modos de leitura e participação.

Essa discussão se intensifica quando se considera o ambiente digital. Deleuze (1992) já alertava para o surgimento das sociedades de controle, caracterizadas por monitoramento contínuo e sistemas informáticos que registram todos os movimentos. Em arquivos e bibliotecas digitais, isso se manifesta por meio de logs de acesso, perfis de comportamento, sistemas de autenticação e políticas de vigilância interna. Tais práticas podem ser necessárias para a segurança do acervo, mas tensionam debates éticos sobre privacidade, transparência e proteção de dados, especialmente após a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Do ponto de vista educativo, Freire (1996) alerta que não há neutralidade na educação. Arquivos e bibliotecas, enquanto espaços formativos, também não são neutros:



suas escolhas de acervo, formas de organização, critérios de acesso e práticas de mediação influenciam a forma como os indivíduos leem o mundo, constroem sentido e participam da vida social. A mediação da informação, portanto, não pode ser compreendida apenas como um processo técnico, mas como uma prática social e política atravessada por valores, interesses e disputas discursivas. Habermas (1984) acrescenta que uma esfera pública democrática depende do acesso equitativo à informação e da capacidade dos cidadãos de participar criticamente do debate público. Assim, a crise contemporânea marcada pela desinformação, pela censura digital e pela precarização das instituições de memória ameaça diretamente a saúde da esfera pública. Santos (2000) reforça que a democratização do conhecimento exige superar as monoculturas do saber e reconhecer epistemologias plurais, tarefa que arquivos e bibliotecas podem assumir de modo protagonista, desde que reconheçam seus próprios limites e desafios.

Diante desse cenário multifacetado, torna-se evidente que a mediação da informação não é apenas uma prática técnica, mas um campo complexo que envolve ética, política, educação e poder. A promoção do letramento informacional, portanto, deve considerar não apenas a formação técnica dos sujeitos, mas também a construção de ambientes informacionais críticos, democráticos e inclusivos.

4 ANÁLISE TEÓRICA REFLEXIVA

A análise teórico-reflexiva desenvolvida ao longo deste estudo possibilitou sistematizar quatro eixos analíticos centrais relacionados ao papel articulado de arquivos e bibliotecas na promoção do letramento informacional e da formação cidadã. Esses eixos emergem da interlocução entre os referenciais teóricos mobilizados e evidenciam a relevância dessas instituições como espaços de memória, mediação da informação, formação crítica e fortalecimento da participação cidadã.

Em primeiro lugar, a literatura analisada permite compreender que os arquivos desempenham papel estruturante na garantia do direito à informação, na preservação da memória e na consolidação da transparência pública. Ao proporcionar acesso a documentos autênticos e historicamente situados, essas instituições favorecem a reconstrução crítica de narrativas sobre o Estado e a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de competências em informação de consciência histórica. Esse processo ocorre quando estudantes, pesquisadores e demais usuários entram em contato com



documentos originais, processos administrativos, registros institucionais e fontes históricas que permitem compreender a construção dos acontecimentos sociais, identificar relações de poder e refletir criticamente sobre diferentes narrativas históricas.

As reflexões teóricas também indicam que os arquivos operam dispositivos de seleção e organização da memória que, ao mesmo tempo em que protegem o patrimônio documental, podem reforçar assimetrias de poder e disputas por visibilidade.

Em segundo lugar, a análise dos referenciais mobilizados sugere que as bibliotecas se consolidam como ambientes privilegiados de formação crítica e informacional. A literatura analisada indica que a mediação da informação realizada por profissionais qualificados, articulada a recursos tecnológicos e a projetos pedagógicos, amplia a capacidade dos usuários de identificar necessidades informacionais, avaliar fontes e utilizar informações de forma ética e responsável. As bibliotecas, em suas dimensões físicas e digitais, emergem como espaços centrais para o enfrentamento da desinformação e para o fortalecimento da participação cidadã. Essa contribuição manifesta-se por meio de programas de formação de usuários, oficinas de busca e avaliação de fontes, ações educativas voltadas ao combate à desinformação, orientação para utilização de bases de dados científicas e desenvolvimento de atividades que estimulam a leitura crítica e a autonomia informacional dos sujeitos.

O terceiro eixo analítico refere-se ao potencial da integração entre arquivos e bibliotecas para ampliar práticas educativas e aprofundar processos formativos. A articulação entre acervos arquivísticos e bibliográficos, assim como o desenvolvimento de ações conjuntas, exposições, oficinas, projetos de história oral, clubes de leitura temática, entre outras iniciativas, cria ambientes formativos que associam memória, informação e reflexão crítica. Essa convergência favorece o LI ao colocar os sujeitos em contato com múltiplas tipologias documentais e ao problematizar as relações entre informação, poder e cidadania.

Por fim, a discussão teórica evidencia um conjunto de desafios estruturais, éticos e tecnológicos que tencionam a atuação de arquivos e bibliotecas na contemporaneidade. A sobrecarga informacional, as desigualdades digitais, as fragilidades nas políticas de gestão documental, as práticas de vigilância e controle, bem como os limites orçamentários e institucionais, configuram barreiras significativas para a consolidação de ambientes informacionais democráticos. Tais desafios reforçam a necessidade de políticas públicas robustas e de mediações éticas e inovadoras, capazes de assegurar que o potencial



formativo dessas instituições se traduza em efetiva ampliação dos direitos informacionais e da participação social.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essas reflexões evidenciam que arquivos e bibliotecas compartilham funções complementares relacionadas à preservação da memória, à democratização do acesso à informação e à formação cidadã. A articulação entre essas instituições amplia as possibilidades de acesso, interpretação e contextualização da informação, favorecendo processos educativos comprometidos com o desenvolvimento do pensamento crítico, da consciência histórica e da participação social. Dessa forma, sua atuação integrada mostra-se relevante para fortalecer o letramento informacional e contribuir para a formação humana integral defendida pela literatura da EPT.

5 CONCLUSÃO

As reflexões teórico-analíticas desenvolvidas neste estudo permitiram compreender que arquivos e bibliotecas desempenham papéis estratégicos na promoção do letramento informacional, na preservação da memória e na formação cidadã. Ao articularem funções informacionais, educativas e culturais, essas instituições contribuem para a construção de ambientes democráticos de acesso ao conhecimento, especialmente em um contexto marcado pela expansão das tecnologias digitais e pelos desafios decorrentes da desinformação.

A análise teórica desenvolvida permitiu compreender que arquivos e bibliotecas atuam de maneira complementar. Enquanto os arquivos favorecem a preservação da memória, a transparência e o acesso a registros documentais, as bibliotecas ampliam as possibilidades de mediação da informação e de desenvolvimento do letramento informacional. Quando articuladas, essas instituições potencializam processos educativos voltados à formação crítica e à participação cidadã.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a atuação articulada entre arquivos e bibliotecas mostra-se alinhada aos princípios da formação humana integral defendidos pela literatura da área. Conforme Ciavatta (2005), a formação integrada pressupõe a compreensão dos processos sociais em sua totalidade, articulando conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos. Sob essa perspectiva, arquivos e bibliotecas constituem espaços educativos que favorecem o acesso crítico à informação, a



preservação da memória e o desenvolvimento de competências necessárias à participação cidadã e à atuação consciente no mundo do trabalho.

Os desafios relacionados às desigualdades informacionais, à sobrecarga de informações, à preservação documental e às questões éticas associadas ao ambiente digital reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessas instituições. Nesse sentido, investir em ações de mediação da informação, preservação da memória e formação informacional constitui estratégia relevante para ampliar direitos, fortalecer a participação social e consolidar práticas democráticas. A consolidação de políticas públicas que reconheçam a relevância de arquivos e bibliotecas, associada ao fortalecimento de práticas formativas contínuas, mostra-se fundamental para que essas instituições continuem atuando como espaços de memória, aprendizagem e cidadania.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. R.; SILVA, A. J. A biblioteca e o arquivo na vigilância do conhecimento: uma análise a partir de Vigiar e Punir de Michel Foucault. **Archeion Online**, João Pessoa v. 12, n. 2, p. 6–21, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/70655>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ALVES, M. F.; SUAIDEN, E. J. Bibliotecas públicas e letramento informacional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 214-241, 2016. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/54761>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ALVES, M. S. O letramento informacional na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, 2025.

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

AZEVEDO, K. R.; OGÉCIME, M. O papel do bibliotecário como mediador da informação na busca pelo letramento informacional. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, p. e020001, 2019.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico**. 2009. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2005. DOI: 10.22409/tn.3i3.p6122. Disponível em:



<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 1 jun. 2026.

COSTA, E. **Arquivo, poder e memória**. São Paulo: Alameda, 2018

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In: Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional: práticas, teoria e desafios contemporâneos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.. Acesso em: 26 nov. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul. /dez. 2007.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1996. Acesso em: 30 maio 2026.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

PAES, M. L. **Arquivologia: teoria e prática**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

RAMOS, M. N. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Brasília: SETEC/MEC, 2008.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SARAIVA, N. L.; PEREIRA, T. M. M. Patrimônio documental e difusão da informação em arquivos nacionais. *Revista Analisando em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 6, n. esp., p. 646-660, 2018.

VALENTIM, M. L. P. **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Polis, 2010.



**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL:
panorama de pesquisas na ciência da informação¹**

**INFORMATION LITERACY AND INFORMATIONAL SUSTAINABILITY: AN OVERVIEW
of research in information science**

Luana Shirley Dias Maciel²
Luciane Pantoja do Nascimento³
Renata Lira Furtado⁴
Gabriela Belmont de Farias⁵

RESUMO

A Competência em Informação desempenha um papel essencial nos processos informacionais na atualidade, é uma abordagem considerada transdisciplinar pois integra múltiplas áreas do conhecimento e contribui para diferentes campos. A presente pesquisa teve como objetivo investigar as produções acadêmico-científica em torno da díade Competência em Informação e Sustentabilidade Informacional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, desenvolvida a partir de uma Revisão Bibliográfica Sistemática nas bases de dados: Google acadêmico, Base de Dados em Ciência da Informação e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Os resultados revelaram uma escassez de produções bibliográficas em torno das temáticas investigadas e forneceram subsídios que permitem indicar que a Competência em Informação se constitui como um elemento chave na promoção da Sustentabilidade Informacional e contribui para o desenvolvimento de ações em prol dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: competência em informação; sustentabilidade informacional; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Information Literacy plays an essential role in informational processes today. It is considered a transdisciplinary approach, as it integrates multiple areas of knowledge and contributes to various fields. This study aimed to investigate academic and scientific productions related to the dyad of Information Literacy and Informational Sustainability. This is a qualitative and exploratory research, developed through a Systematic Literature Review using the following databases: Google Scholar, the Information Science Database, and the Journal Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel. The results revealed a scarcity of bibliographic productions on the investigated themes and provided evidence indicating that Information Literacy constitutes a key

¹ Artigo desenvolvido no âmbito Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/ AMAZÔNIA) - Rede Transamazônica de Cooperação em Informação e Conhecimento para o Desenvolvimento Sustentável, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará (PIBIC/UFPB).

² Arquivista | Universidade Federal do Pará | E-mail: luana.maciel@icsa.ufpa.br

³ Arquivista | Universidade Federal do Pará | E-mail: luciane.nascimento@icsa.ufpa.br

⁴ Professora | Universidade Federal do Pará | E-mail: renatalira@ufpa.br

⁵ Professora | Universidade Federal do Ceará | E-mail: gabriela_belmont@ufc.br



element in promoting Informational Sustainability and contributes to the development of actions in support of the Sustainable Development Goals.

Keywords: information literacy; informational sustainability; sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

Os debates em torno do desenvolvimento sustentável surgiram a partir da década de 1970, impulsionado pela atuação da Organização das Nações Unidas (ONU). Um marco importante foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia, que representou o início das discussões sobre sustentabilidade, enfatizando a necessidade de reconsiderar o crescimento econômico a partir da conservação dos recursos naturais, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida por meio da preservação ambiental (ONU, 2015).

A expressão foi consolidada no relatório da Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, onde Gro Harlem Brundtland, então presidente da comissão, apresentou o desenvolvimento sustentável como uma abordagem que busca suprir as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias demandas (Sachs, 2004).

A Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015, na sede da ONU em Nova York, marcou um momento histórico na agenda global. Com a participação de cento e noventa e três Estados-membros da ONU, o evento apresentou como principal resultado, a Agenda 2030, representando um compromisso universal para erradicar a pobreza, promover o crescimento econômico e garantir o bem-estar social, sempre considerando a proteção ambiental (ONU News, 2015). O então secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, ressaltou que o documento tem como pilares a igualdade de gênero e o respeito pelos direitos de todos, com o compromisso fundamental de não deixar ninguém para trás. Trata-se de uma agenda universal e integrada, que propõe uma visão transformadora para um futuro melhor. Seu propósito é voltado tanto para as pessoas, erradicando a pobreza em todas as suas formas, quanto para o planeta, promovendo prosperidade compartilhada, paz e cooperação global (ONU News, 2015).

A Agenda 2030 está estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, equilibradas em três dimensões: econômica, ambiental e social. A dimensão econômica busca promover um crescimento sustentável e inclusivo,



garantindo oportunidades e inovação; a social foca na equidade, no acesso a direitos fundamentais e na eliminação da pobreza; e a ambiental reforça a preservação dos recursos naturais e o combate às mudanças climáticas (Nascimento, 2012).

Cabe destacar que, o Desenvolvimento sustentável representa o caminho para alcançar a Sustentabilidade, compreendida como o estado ideal no qual os recursos naturais são preservados, a justiça social é fortalecida e a economia prospera de forma equilibrada e duradoura. (Sachs, 2004).

Nesse contexto das discussões e ações em prol do Desenvolvimento Sustentável e da Sustentabilidade, a informação figura como um recurso essencial para orientar decisões, formular políticas públicas eficazes e promover a conscientização social. O acesso à informação representa um elemento chave para a promoção da transparência, o fortalecimento da cidadania, a redução das desigualdades e para a conscientização e educação socioambiental.

Sob essa perspectiva, o termo Sustentabilidade informacional, está relacionado com a gestão responsável e eficiente da informação, de forma a garantir seu uso de maneira sustentável sem comprometer a integridade dos sistemas que a utilizam; com a preservação da memória e do conhecimento, assegurando a conservação de registros e a criação e manutenção de sistemas robustos de *backup* e recuperação de dados. Configura-se como um recurso essencial que contribui para a conscientização, sensibilização e mobilização social em prol dos ODS, visando um futuro mais equilibrado e inclusivo (Geraldo *et al*, 2022).

É possível indicar que a Competência em Informação (CoInfo) pode se amalgamar à Sustentabilidade Informacional, uma vez que ambas compartilham o objetivo de promover o acesso, a gestão e o uso responsável da informação. Enquanto a CoInfo capacita indivíduos para localizar, avaliar e utilizar informações de forma crítica, autônoma e ética para a construção de novos conhecimentos, a Sustentabilidade Informacional assegura que esses conhecimentos sejam preservados e disseminados de maneira contínua e acessível.

Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo investigar a díade Competência em Informação (CoInfo) e Sustentabilidade Informacional, a fim de estabelecer relações teóricas que possibilitem a implementação de ações práticas que contribuam com os objetivos e metas em prol do Desenvolvimento Sustentável.



2 SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL E A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A Sustentabilidade está diretamente ligada às ações e atividades humanas, buscando melhores recursos naturais que não comprometam o meio ambiente. Segundo Teixeira e Nazaré (2014) a Sustentabilidade, palavra derivada do latim *sustentare*, está relacionada com o equilíbrio ambiental, com questões econômicas e com a valorização da diversidade cultural.

Nesse contexto, é possível perceber que o tema Sustentabilidade vai muito além da preservação do meio ambiente e das relações estabelecidas em seu entorno. A Sustentabilidade se desdobra em distintos eixos: ecológico, político, social e cultural; e está, acima de tudo, atrelada à qualidade de vida e ao engajamento dos indivíduos para a construção de uma sociedade sustentável.

Com o avanço dos debates e a crescente preocupação global com o meio ambiente, as mudanças climáticas e a sustentabilidade em suas dimensões social, econômica e ambiental, essas questões vêm ganhando destaque, impulsionadas pela Agenda 2030 e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A necessidade de equilibrar desenvolvimento e preservação tem incentivado a formulação de políticas públicas, ações corporativas e iniciativas comunitárias voltadas à promoção de práticas mais responsáveis. Além disso, o acesso à informação e a sensibilização da sociedade desempenham um papel fundamental na mobilização coletiva, permitindo que indivíduos e instituições adotem medidas concretas para mitigar impactos ambientais e reduzir desigualdades.

De acordo com Geraldo *et al* (2022, p. 234)

A humanidade vem refletindo, nos últimos anos, acerca de sua relação com o meio ambiente e como suas ações impactam questões sociais e econômicas. Dessa forma, torna-se um desafio recorrente o debate sobre os obstáculos enfrentados para atender aos objetivos globais e evitar a degradação ambiental.

Para a preservação de um futuro sustentável para as próximas gerações, é essencial o acesso à informação e à educação de qualidade, condições que permitem que os cidadãos desenvolvam senso crítico, construam novos conhecimentos e compreendam a importância das questões em torno do desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva Nolin, (2010), sugeriu o uso das Tecnologias da informação como uma forma de alcançar os objetivos globais e contribuir para o desenvolvimento sustentável.



O professor Jan Nolin, da Escola Sueca de Biblioteconomia e Ciência da Informação, foi um dos pesquisadores pioneiros a abordar o conceito de sustentabilidade informacional. Ele desenvolveu pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável como objetivo geral da sociedade em escala global, sendo este utilizado como uma visão e uma ferramenta para os formuladores de políticas em todos os níveis de governo. (Barbalho *et al* 2021)

A pesquisa “*Sustainable Information and Information Science*” (Nolin, 2010) aponta duas funções principais em torno da sustentabilidade informacional: 1) apoiar os aspectos comunicativos de integração, conscientização e participação da sociedade, em consonância com as ambições de agendas globais e para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, e 2) desenvolvimento de informações sustentáveis, fazendo parte de um projeto maior de conectar tecnologia ao desenvolvimento sustentável, com o objetivo principal de tornar a produção e o uso das tecnologias da informação em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Geraldo *et al.* (2022) definem a sustentabilidade informacional como a capacidade de desenvolver e utilizar a informação de forma sustentável, de modo que ela seja gerenciada com eficiência e responsabilidade, sem esgotar seus recursos nem comprometer a integridade dos sistemas que a utilizam. Além disso, a sustentabilidade informacional se apresenta como um instrumento para sensibilizar, conscientizar e mobilizar as sociedades quanto à importância de apoiar os objetivos globais do desenvolvimento sustentável.

Na perspectiva apresentada por Barbalho *et al.* (2021) a sustentabilidade informacional é definida como recursos informacionais que facilitam a integração, conscientização e participação em objetivos globais, nacionais e locais de proteção social, ambiental e econômica, contribuindo para o fortalecimento do processo de transformação da sociedade, em consonância com as dimensões do desenvolvimento sustentável.

Com o frequente debate em torno de ações voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, o acesso à informação tornou-se fundamental para a formação de cidadãos conscientes, tanto sobre o uso adequado da informação quanto sobre sua utilização na disseminação da importância e desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável. Nesse contexto a Agenda 2030, composta por 17 Objetivos do desenvolvimento sustentável, destaca-se, pois, reconhece a importância de tornar o indivíduo competente e consciente por meio da educação e da informação. Desse modo,



dentre os 17 ODS, evidencia-se o ODS-16, que visa promover sociedades inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça de forma responsável e inclusiva, a fim de contribuir para instituições eficazes. A meta 16.10 tem como objetivo assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais (ONU, 2015; Geraldo *et al*, 2022). Nesse sentido, é possível destacar a relação existente entre a sustentabilidade informacional e a Competência em informação, especialmente por serem áreas que contribuem para o alcance dos ODS, visto que ambas as perspectivas orbitam os sujeitos e os processos informacionais.

A Competência em informação (CoInfo) é compreendida como um conjunto de capacidades integradas que contempla a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação ética e legal de novos conhecimentos (ACRL, 2016). Tais capacidades estão abarcadas por conhecimentos, habilidades, atitudes e valores relacionados ao universo informacional, tais como: identificar necessidades de informação, buscar, avaliar, usar e comunicar a informação de maneira ética e legal, sendo relacionada à cidadania, ao uso das tecnologias digitais de informação e comunicação e ao aprendizado ao longo da vida.

Segundo a UNESCO (2016) a CoInfo é essencial para a sociedade, pois possibilita que as pessoas compreendam o papel e as funções das mídias e de outros provedores de informação nas sociedades democráticas, reconheçam e gerencie suas próprias necessidades informacionais, avaliem com senso crítico, em termos de autoridade e credibilidade a informação e o conteúdo das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet. Nesse sentido, a Competência em Informação não apenas promove o uso responsável dos recursos informacionais, como também contribui para a construção de sociedades mais informadas, participativas e sustentáveis, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável propostos pela Agenda 2030. Nesse contexto é possível indicar que a Sustentabilidade Informacional e a Competência em Informação, ambas com características interdisciplinares, podem contribuir para o desenvolvimento de ações e programas em torno do desenvolvimento sustentável, visto que ambas compartilham o propósito de promover o acesso, a gestão e o uso responsável da informação.

Enquanto a CoInfo busca transformar a sociedade, a partir da capacitação de indivíduos para que sejam capazes de identificar a relevância e a veracidade das informações, utilizando-as de maneira crítica, autônoma e ética para a construção de



novos conhecimentos, a Sustentabilidade Informacional garante que esses conhecimentos sejam gerenciados, preservados e disseminados de forma contínua e acessível, visando a qualidade e integridade da informação durante todo o seu ciclo de vida.

A articulação entre Competência em Informação e Sustentabilidade Informacional não deve ser compreendida apenas sob a ótica da convergência funcional. É importante problematizar possíveis tensões inerentes à díade, considerando o crescimento exponencial da produção informacional impulsionado pelo processo de transformação digital e a necessidade de uma ecologia informacional pautada, dentre outros critérios nos processos de seleção e avaliação informacional, em ferramentas e metodologias que contribuam com a mitigação da desinformação e a redução de ruídos e a preservação de informações, documentos e sistemas de forma ética e consciente.

Um dos limites observados reside na abordagem instrumentalista e técnica que ainda permeia práticas de CoInfo, focadas muitas vezes nas habilidades técnicas de recuperação e uso da informação, em detrimento à perspectiva crítica e reflexiva em torno da informação, especialmente no contexto digital. O desafio que se impõe é transcender a visão operacional da CoInfo, integrando a sustentabilidade informacional não apenas como temática, mas como um valor ético intrínseco à prática informacional. A Competência em Informação assume seu papel social capacitando sujeitos para que suas ações informacionais não apenas satisfaçam necessidades imediatas, mas que colaborem para a perenidade e a integridade do ecossistema informacional diante das demandas contemporâneas.

3 METODOLOGIA

O presente artigo se qualifica como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, se consolidando a partir de duas etapas configuradas a partir de dois recursos metodológicos: na primeira etapa utilizou-se a Pesquisa Bibliográfica para sistematizar teoricamente os temas abordados na pesquisa, construir o referencial teórico e embasar a segunda etapa desenvolvida a partir de uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), que teve o intuito de identificar na produção acadêmico-científica o cenário de pesquisas relacionando “Competência em informação” e “Sustentabilidade Informacional”.

A Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) tem como objetivo “permitir que o pesquisador reúna dados, aperfeiçoe hipóteses, aplique o método de pesquisa mais eficaz



para o desenvolvimento da pesquisa, além de auxiliar na definição de diretrizes para pesquisas futuras”. (Cook *et al.*,1997)

Caracteriza-se como uma sequência de passos e atividades, que investiga o que foi proposto, tendo capacidade de trabalhar com um grande quantitativo de dados. Esse método é dividido em três fases principais, a saber: Entrada, onde são decididos os procedimentos preparatórios para a segunda fase, e insere o protocolo da RBS que será ferramenta das duas primeiras fases Entrada e Processamento, essencial para a fase final. Por fim, a Saída, onde se questiona os alertas do decorrer da pesquisa, filtra e registra em *software* os documentos selecionados, podendo sintetizar o que foi estudado elaborando estudos, avaliando e confrontando os resultados obtidos. O quadro 1 apresenta o protocolo aplicado no desenvolvimento desta pesquisa.

Quadro 1 – Protocolo de Pesquisa

| |
|--|
| String de busca: 1) Competência em informação e Sustentabilidade informacional; 2) Ciência da Informação e Sustentabilidade informacional |
| Base de dados da pesquisa: Google acadêmico, Base de Dados em Ciência da informação (BRAPCI), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) |
| Exclusão: periódicos estrangeiros. Trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações, teses, livros completos. Estudos sem aderência ao objetivo proposto |
| Inclusão: Idioma (português), periódicos nacionais. Artigos, Capítulos de livros e Anais de eventos. |

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

A opção pela exclusão de periódicos estrangeiros e o foco na produção nacional justifica-se pelo objetivo de mapear especificamente o cenário brasileiro de pesquisa, identificando como a Ciência da Informação no Brasil tem discutido e articulado as temáticas Competência em Informação e Sustentabilidade Informacional.

Com a metodologia definida, foram realizadas investigações nas bases Google acadêmico, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Base de Dados em Ciência da informação (BRAPCI), vale destacar que o processo de coleta de dados ocorreu de dezembro de 2024 a janeiro de 2025, a partir das *Strings* de busca: 1) “Competência em informação e Sustentabilidade informacional” e 2) “Ciência da informação e Sustentabilidade informacional”.

Cabe aqui justificar a inclusão do termo “Ciência da Informação” na segunda *string* de busca: considerando que a primeira *string* de busca reflete o tema central da pesquisa,



optou-se por uma segunda *string* de busca visando observar o cenário de discussão da Sustentabilidade Informacional no contexto amplo da Ciência da Informação.

Para a seleção final, realizou-se uma avaliação da qualidade metodológica e aderência temática, priorizando estudos que apresentassem clareza nos objetivos e rigor na discussão conceitual, descartando aqueles que mencionavam os termos apenas de forma genérica, sem aprofundamento teórico.

4 PANORAMA DE PESQUISAS EM TORNO DA DÍADE SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Apresenta-se a seguir os resultados obtidos a partir do percurso metodológico adotado, com vistas a alcançar o objetivo proposto de investigar a díade Competência em informação (CoInfo) e Sustentabilidade Informacional, a fim de estabelecer relações teóricas que possibilitem a implementação de ações práticas. O quadro 2 apresenta os resultados obtidos, bem como o processo de refinamento aplicado de acordo com os critérios de inclusão e exclusão:

Quadro 2 – Resultados da RBS

| | Google Acadêmico | BRAPCI | CAPES | Total |
|------------------------------|------------------|--------|-------|-------|
| Nº de trabalhos recuperados | 20 | 5 | 0 | 25 |
| Nº de trabalhos Excluídos | 15 | 3 | 0 | 18 |
| Nº de trabalhos Selecionados | 5 | 2 | 0 | 7 |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Observa-se no quadro 2 a identificação de 25 trabalhos recuperados a partir do protocolo da RBS: 18 resultados foram excluídos por não terem aderência com a temática e 7 foram selecionados e encaminhados para análise sistemática. Cabe ressaltar que não foi recuperada nenhuma produção com a *String* de busca “Competência em informação e Sustentabilidade Informacional”, em decorrência disso, foram examinados textos que fazem referência a esses dois campos de maneira implícita, outrossim, não foram localizados estudos no Portal de periódicos da CAPES. Os resultados foram organizados de acordo com *Strings* de busca e codificados de forma alfanumérica, onde a letra indica a base de dados onde foram recuperados (onde têm-se G para Google Acadêmico e B para BRAPCI), acrescentado de número sequencial, conforme apresentado nos quadros 3 e 4, que inclui ainda o ano de publicação, autoria, título, tipo de trabalho local de publicação.



Quadro 3 – Resultados recuperados que mencionam Competência em informação e Sustentabilidade informacional de forma implícita

| <i>String de busca:</i> Competência em informação e Sustentabilidade informacional | | | | |
|--|---------------------------------|--|-------------------------|--|
| Cód. | Autoria/ano | Título | Tipo | Local de publicação |
| G1 | Geraldo; Pinto, 2021 | Intermediação Informacional entre as dimensões do desenvolvimento sustentável | Anais-Trabalho completo | XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação |
| G2 | Geraldo; Pinto; Duarte, 2022 | Sustentabilidade informacional pode ser vista como um novo paradigma da ciência da informação? | Anais-Trabalho completo | XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação |
| G3 | Geraldo; Pinto; C. Junior, 2020 | Sustentabilidade informacional: Análise da qualidade informacional do relatório anual da Eletrobrás (2018) | Artigo | Informação & Informação |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

A partir da *string* de busca “Competência em informação e Sustentabilidade informacional”, não foram encontrados trabalhos que relacionassem diretamente essas duas temáticas, indicando que o panorama de pesquisas é inexistente, mesmo diante de uma relação temática promissora. Nos estudos analisados, a CoInfo é mencionada de forma implícita, como uma competência que contribui para transformações sociais e para os processos de aprendizagem informacional.

A pesquisa G1 de Geraldo e Pinto (2021) mesmo que de forma subentendida reforça a relação da CoInfo com a sustentabilidade informacional quando traz a concepção de que se faz necessário que os cidadãos tenham a capacidade de avaliar, utilizar e tratar a informação de forma adequada, desenvolvendo indivíduos críticos e conscientes acerca dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e do cuidado com o meio ambiente.

Nesse mesmo sentido, o estudo G2 de Geraldo, Pinto e Duarte (2022) aborda a Competência em informação de forma implícita ao destacar o desenvolvimento de práticas informacionais que atinjam de forma crítica, ética e consciente as dimensões econômica, política e social e colaboram diretamente nos impactos das atividades relacionadas ao uso da informação na sociedade e no meio ambiente, paralelamente a Sustentabilidade Informacional aparece como um tema referente à responsabilidade no tratamento da informação, tendo com foco práticas que consideram as questões sociais e ambientais ao longo prazo.

A pesquisa G3 de Geraldo, Pinto e Junior (2020) ressalta a necessidade de práticas informacionais que atendam as demandas dos usuários proporcionando uma compreensão crítica e eficaz das informações. A análise da qualidade internacional no



relatório da Eletrobras (2018) indica que os profissionais de uma instituição devem possuir habilidades para avaliar, interpretar e comunicar informações de maneira clara e acessível, alinhando-se aos preceitos da CoInfo. A Sustentabilidade informacional é mencionada ao analisar como a qualidade da informação contribui nos relatórios para as práticas organizacionais responsáveis e sustentáveis. A análise da qualidade informacional nos relatórios anuais da Eletrobras pode ser vista como uma forma de promover a sustentabilidade informacional, ao garantir que as informações divulgadas sejam precisas, acessíveis e úteis.

O quadro 4 apresenta os resultados obtidos a partir da *string* de busca 2 - Ciência da Informação e Sustentabilidade informacional. Na sequência apresenta-se o conteúdo desses resultados, discutidos à luz do referencial teórico.

Quadro 4 – Resultados Ciência da Informação e Sustentabilidade informacional

| String de busca: Ciência da Informação e Sustentabilidade informacional | | | | |
|---|-------------------------------------|---|--------------------------------|--|
| Cód. | Autoria/ano | Título | Tipo | Local de publicação |
| G8 | Oliveira; Aguiar, 2022 | Sustentabilidade ambiental e informacional em bibliotecas públicas: práticas desenvolvidas na cidade de Poço Verde, Sergipe | Anais- Trabalho completo | 29º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação |
| B1 | Rodrigues; Pinto; Bahia, 2021 | Plano de emergência em arquivo: Rumo a sustentabilidade informacional | Anais- Trabalho completo | XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) |
| B2 | Geraldo; Pinto, 2019 | Sustentabilidade informacional: relevância de discussão da temática do desenvolvimento sustentável na Ciência da Informação | Anais- Trabalho completo | XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) |
| B3 | Geraldo; Pinto, 2019 | Percursos da ciência da informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030/ONU | Artigo | Revista ACB |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

A pesquisa G8 de Oliveira e Aguiar (2022) apresenta discussões em torno das ações sustentáveis realizadas pela Biblioteca Pública Municipal Epifânio Dória. O texto apresenta um panorama geral acerca do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade informacional nas bibliotecas públicas e que esta, tem o papel de incentivar as prática sustentáveis no desenvolvimento de ações voltadas ao cuidado do meio ambiente, além disso, os autores apresentam as ações desenvolvida na biblioteca pública, a saber: semana do meio ambiente com objetivo divulgar a coleta seletiva e os resíduos para reciclagem; atividades com as crianças acerca do cuidado com o meio



ambiente; oficina de reutilização de lixo reciclável e por fim elaboração e apresentação de um vídeo instrutivo sobre coleta seletiva. A partir das ações citadas foi possível observar que as bibliotecas podem ser utilizadas como instrumento para disseminação da informação no âmbito da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

No mesmo sentido, a pesquisa B1 de Rodrigues *et al* (2021) busca refletir a elaboração de planos de emergência em arquivos no âmbito da sustentabilidade informacional, o texto deixa claro que existem ações governamentais para a preservação e ações de contingência em casos de sinistros, porém essas ações ainda são insuficientes. A sustentabilidade informacional na perspectiva do plano de emergência em arquivos e bibliotecas emerge como instrumento de preservação do patrimônio cultural, se configurando como uma importante iniciativa de rentabilidade informacional uma vez que contribui com a Agenda 2030. Os autores destacam a necessidade de explorar esse campo de estudo, diante da potência e relevância teórico-conceitual e metodológica.

O estudo B2 de Geraldo e Pinto (2019a), tem como objetivo analisar a relevância da sustentabilidade informacional no rol de pesquisas da Ciência da Informação (CI). A partir de um levantamento bibliográfico, constatou-se que nos últimos anos houve um aumento significativo nos estudos relacionados a CI, sustentabilidade informacional e desenvolvimento sustentável, destacou-se que a CI desempenha um papel fundamental na busca por padrões mais sustentáveis, a partir da compreensão de que a informação é uma ferramenta social estratégica para a formulação de políticas mais sustentáveis e para a tomada de decisões.

Na mesma perspectiva o estudo B3 de Geraldo e Pinto (2019b) buscou analisar o tema sustentabilidade nos periódicos brasileiros de Ciência da Informação. O texto discorre sobre a inserção da sustentabilidade informacional e do desenvolvimento sustentável nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da CI, observando a necessidade de estabelecer uma relação com profissionais que gerenciam o uso e a disseminação da informação e do compartilhamento da informação. Compreende-se que a partir dessa relação torna-se possível educar a sociedade para utilizar e gerenciar as informações, permitindo a efetiva participação dos cidadãos nas tomadas de decisões. Por fim, o estudo conclui que existem instituições envolvidas nos objetivos do desenvolvimento sustentável, porém são poucas. A revisão de literatura evidenciou uma escassez de pesquisas relacionadas ao tema e diante disso, os autores ressaltam que é imprescindível



o desenvolvimento de novos estudos que possam contribuir para consolidar a temática abordada.

A partir da análise dos resultados, observou-se um número relevante de pesquisas sobre Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e temas afins na CI, que contribuem diretamente com a proposição e o desenvolvimento de ações relacionadas especialmente à Agenda 2030.

Existe um consenso entre as pesquisas de que a CI se configura como uma área que instrumentaliza o gerenciamento, a disseminação, o acesso e a utilização da informação de forma eficaz, facilitando os processos de tomada de decisão e a implementação de soluções eficazes, promovendo a conscientização da sociedade acerca do cuidado com o meio ambiente e a disseminação de informações e conhecimentos sobre sustentabilidade e benefícios do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, por meio da atuação dos profissionais da informação, é possível promover iniciativas de conscientização ambiental, contribuindo para a formação de uma sociedade consciente e participativa em ações globais, fortalecendo assim a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A partir das estratégias de busca utilizadas, foi possível explorar duas vertentes relevantes no contexto da sustentabilidade informacional: Competência em Informação e Ciência da Informação. Observa-se que, pelas publicações analisadas, há uma lacuna significativa de pesquisas que abordem diretamente a relação entre a Competência em Informação (CoInfo) e a sustentabilidade, ou especificamente a sustentabilidade informacional. Em grande parte dos estudos, o tema é apresentado de forma implícita; no entanto, é possível identificar elementos que contemplam as habilidades inerentes à CoInfo como instrumento essencial para a promoção da sustentabilidade informacional.

As autoras deste estudo consideram que tais elementos são fundamentais para a implementação de práticas efetivas de sustentabilidade informacional, entendida como um meio estratégico para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme estabelecido pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa foi investigar a díade Competência em Informação (CoInfo) e Sustentabilidade Informacional, a fim de estabelecer relações teóricas que possibilitem a implementação de ações práticas que contribuam com os objetivos e metas



em prol do Desenvolvimento Sustentável. Observou-se que a relação entre CoInfo e Sustentabilidade Informacional apresenta um potencial significativo, diante da configuração de ambos como ferramenta de transformação social. No entanto, os resultados desta pesquisa indicam que ainda há uma lacuna na literatura sobre essa conexão, sem registros de estudos que explorem diretamente essa intersecção temática. Apesar da ausência de pesquisas anteriores que abordem essa relação de forma específica, os resultados desta pesquisa ressaltam a relevância de integrar essas áreas, promovendo a ética, a autonomia e a crítica nos processos envolvendo informação e conhecimento, bem com a preservação para futuras gerações.

De toda forma, este estudo contribui ao levantar reflexões sobre a necessidade de aprofundamento teórico e empírico nessa interface, incentivando futuras pesquisas e iniciativas que possam expandir a compreensão e aplicação desses conceitos de forma interconectada, visando fomentar a consciência e o engajamento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral em relação aos objetivos e práticas sustentáveis.

Como agenda de pesquisa futura, sugere-se a realização de estudos empíricos que mensurem o impacto de programas e ações de CoInfo na mudança de práticas informacionais e profissionais sustentáveis. Em termos de implicações práticas, recomenda-se que bibliotecas, arquivos e demais equipamentos informacionais e culturais, incorporem a Sustentabilidade Informacional como eixo transversal em suas políticas institucionais e informacionais, alinhando a gestão às metas dos ODS.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago, IL: ACRL, 2016. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/conferences/confsandpreconfs/annual/acrlac2016>. Acesso em: 05 de mar. 2015

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; INOMATA, Danielly Oliveira; FERNANDES, Tatiana Brandão. **Sustentabilidade informacional em ecossistemas de conhecimentos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2021. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5856>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/desenvolvimento-sustentavel/agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 15 maio 2025.



BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Conferência é oportunidade de renovar compromisso com desenvolvimento sustentável**. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas-noticias/2012/06/11-06-conferencia-e-oportunidade-de-renovar-compromisso-com-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Eco 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/rio20/eco-92>. Acesso em: 15 maio 2025.

COOK, Deborah J.; MULROW, Cynthia D.; HAYNES, R. Brian. Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. **Annals of Internal Medicine**, v. 126, n. 5, p. 376–380, 1997. Disponível em: <https://www.acpjournals.org/doi/abs/10.7326/0003-4819-126-5-199703010-00006>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FURTADO, Renata Lira. **A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada**. 2019. 366f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/83873ea3-ed5-4d1f-b22a-be1d6f8eafab>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GIRARD, Carla Daniella Teixeira; PIRES, Erik André de Nazaré. A sustentabilidade e sua relação com a biblioteconomia no século XXI. *In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO – EREBD*, 17., 2014. Anais. v. 1, p. 1–13. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/9823/1/Artigo_SustentabilidadeInformacionalRelacao.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

GERALDO, M. A., et al. A Sustentabilidade Informacional pode ser vista como um novo paradigma da Ciência da Informação. **Informação & Informação**. v27, n4, p 229-253, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44389/49390>. Acesso em 10 de mar 2025

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Intermediação informacional entre as dimensões do desenvolvimento sustentável. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, 21., 2021. Anais do XXI ENANCIB. 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/58/324>. Acesso em 10 de mar 2025

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza; JÚNIOR, De Nézio Cornélia. Sustentabilidade informacional: análise da qualidade informacional do relatório anual da Eletrobras (2018). **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 456–483, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38807/pdf>. Acesso em 5 de mar 2025



GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Sustentabilidade informacional: relevância de discussão da temática do desenvolvimento sustentável na Ciência da Informação. *In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*, 20., 2019, Florianópolis. Anais. 2019. Disponível em: <https://cip.brapi.inf.br//download/124324>. Acesso em 02 de abril 2025

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Percursos da Ciência da Informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030/ONU. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 2. 2019. Disponível em: <https://cip.brapi.inf.br//download/120776>. Acesso em: 20 de jun 2025

MACHADO DE LUCCA, Djuli; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da ciência da informação: em foco, a fenomenologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 22-48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/25503/19921>. Acesso em 20 de mar 2025

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Revista Estudos Avançados, São Paulo**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqggqDWy8gct/> Acesso em: 02 mar. 2025.

NOLIN, JAN. Tecnologias da informação e seu papel no desenvolvimento sustentável. **Information Research**, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://informationr.net/ir/15-2/paper431.html>. Acesso em: 05 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 15 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Cúpula de Desenvolvimento Sustentável: líderes mundiais adotam Agenda 2030**. **ONU News**, 2015. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/09/1525621>. Acesso em: 17 jun. 2025.

OLIVEIRA, Magna Cardoso; AGUIAR, Niliane Cunha de. Sustentabilidade ambiental e informacional em bibliotecas públicas: práticas desenvolvidas na cidade de Poço Verde, Sergipe. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 29., 2022, São Paulo. Anais São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2646/2468>. Acesso em 28 de jun 2025

PINTO, Genilson Geraldo Marli Dias de Souza; DUARTE, Evandro Jair. A sustentabilidade informacional pode ser vista como um novo paradigma da ciência da informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 4, p. 229–253, out./dez. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44389/49390>. Acesso em: 17 jun. 2025.



RODRIGUES, Carlos Alberto; PINTO, Marli Dias de Souza; BAHIA, Eliana Maria dos Santos. Plano de emergência em arquivo: rumo à sustentabilidade informacional. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 21., 2021, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/193110>. Acesso em 02 de abril 2025

SANTOS, Felipe César Almeida dos. **Archival Literacy: estreitando as relações entre a Competência em Informação e a Arquivologia**. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

UNESCO. **Media and information literacy: policy and strategy guidelines**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225606>. Acesso em: 20 de jun. 2025.



CONTRIBUIÇÕES DA INTENCIONALIDADE INFORMACIONAL PARA DIÁLOGOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS COM A ARQUIVOLOGIA

CONTRIBUTIONS OF INFORMATIONAL INTENTIONALITY TO THEORETICAL AND CONCEPTUAL DIALOGUES WITH ARCHIVAL SCIENCE

Fernanda Alves Sanchez¹
Claudialyne Araújo da Silva²
Silvana Ap. B. G. Vidotti³

RESUMO

A Arquivologia contemporânea é pautada pelo paradigma pós-custodial, que prioriza o acesso e a função social da informação documental. A problemática do estudo reside na importância de refletir sobre os desdobramentos teóricos e práticos inerentes aos diferentes contextos e abordagens no âmbito da Arquivologia, especialmente no que tange ao caráter não neutro das dos instrumentos de representação carregados de Intencionalidades, sejam elas humanísticas, tecnológicas ou informacionais, cujos impactos podem afetar tanto as instituições quanto a sociedade de modo geral. O objetivo é discutir as relações conceituais do contributo da Intencionalidade Informacional, inserido na abordagem da Pós-Fenomenologia do campo da Ciência da Informação, no contexto da Arquivologia, com enfoque na Gestão Documental e na Representação da Informação Arquivística, que são processos que se concretizam na Mediação da Informação. Trata-se de um estudo exploratório e bibliográfico, fundamentado em uma abordagem qualitativa. Os resultados revelam que o tratamento técnico dos arquivos manifesta Intencionalidade, funcionando como uma ponte na qual a intenção do produtor é formalizada em Intencionalidade Informacional por meio dos diferentes aspectos da representação e da mediação humana e tecnológica. Constatou-se, ainda, uma lacuna epistemológica na literatura, que abre espaço para estudos que integrem a Intencionalidade Informacional à Arquivologia sob a ótica da Pós-Fenomenologia. Essa abordagem evidencia a superação do paradigma custodial e tecnicista, reafirmando o papel do arquivista como mediador social ativo e não neutro, essencial para transformar fundos documentais em conhecimento inteligível e garantir a preservação da memória coletiva contra o apagamento social.

Palavras-chave: Intencionalidade Informacional; Arquivologia; Pós-Fenomenologia; Representação da Informação Arquivística; Mediação da Informação.

ABSTRACT

Contemporary Archival Science is guided by the post-custodial paradigm, which prioritizes access and the social function of documentary information. The study addresses the importance of reflecting on the theoretical and practical implications inherent in the various contexts and approaches within Archival Science particularly regarding the non-neutral nature of representation tools imbued with intentionalities (whether humanistic, technological, or informational). These tools have impacts that affect both institutions and society at large. The

¹ Arquivista | Universidade Estadual Paulista | E-mail: fernanda.a.sanchez@unesp.br

² Professora | Universidade Federal da Paraíba | E-mail: claudialyneaaraujo@gmail.com

³ Professora | Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília | silvana.vidotti@unesp.br



objective is to discuss the conceptual relationships regarding the contribution of Informational Intentionality situated within the Post-Phenomenology approach in Information Science to the context of Archival Science. The focus lies on Records Management and Archival Information Representation, processes that materialize through Information Mediation. This is an exploratory, bibliographic study based on a qualitative approach. The results reveal that the technical processing of archives manifests Intentionality, acting as a bridge where the producer's intention is formalized into Informational Intentionality through various aspects of representation and human/technological mediation. Furthermore, an epistemological gap was identified in the literature, creating an opportunity for studies that integrate Informational Intentionality into Archival Science from a Post-Phenomenological perspective. This approach highlights the move beyond the custodial and technocratic paradigms, reaffirming the archivist's role as an active, non-neutral social mediator—essential for transforming documentary fonds into intelligible knowledge and ensuring the preservation of collective memory against social erasure.

Keywords: Informational Intentionality; Archival Science; Post-phenomenology; Archival Information Representation; Information Mediation.

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia vem passando por evoluções e mudanças que trazem perspectivas modernas, dinâmicas e criativas, especialmente por conta do paradigma pós-custodial, que desloca o eixo central da disciplina da guarda física para o acesso, por meio do desenvolvimento tecnológico, potencializando o uso e a função social da informação documental (Araújo; Cavalcanti; Silva; Barroso, 2015; Sanchez; Vidotti; Vechiato; Almeida Júnior, 2022). Nesse sentido, a Arquivologia mantém uma relação de interdisciplinaridade e horizontalidade com a Organização do Conhecimento, que se consolida como uma especialização da Ciência da Informação (CI) dedicada ao estudo de teorias e metodologias de representação. Essa intersecção permite que as práticas arquivísticas transcendam o tecnicismo, atuando como sistemas que estruturam domínios discursivos e facilitam o acesso e a apropriação dos saberes (Barros; Souza, 2019).

Nesse cenário, o contributo da Intencionalidade Informacional se apresenta como elemento essencial, pois enfatiza que os processos de identificação, classificação e representação não são meros procedimentos administrativos, mas produções repletas de sentido e subjetividade, realizadas pela formalização das Intencionalidades humanas e tecnológicas, bem como pelas mediações de ambas as partes. A intenção de representar visa ajustar os processos comunicacionais para atender às necessidades do usuário, garantindo acesso e uso da informação. Nesse contexto, a representação é onde o sujeito



encontra reflexos do seu próprio pensamento e atribui sentido ao objeto (Sanchez; Castro; Vechiato; Vidotti, 2023; Sanchez, 2024).

Dessa forma, todos os processos que compõem a Gestão Documental se manifestam como uma construção mediada, na qual a bagagem cognitiva (Intencionalidade humanística), em especial dos sujeitos institucionais⁴, e a Intencionalidade tecnológica das ferramentas digitais interagem para representar e disponibilizar o que será lembrado ou esquecido pela sociedade. Compreender como ocorrem essas relações diante das mudanças no fenômeno informacional é fundamental para que a representação dos documentos não perca o valor de prova e seu nexos com a memória coletiva, garantindo que a informação seja, de fato, encontrável e autêntica frente às transformações tecnológicas (Araújo; Santos; Oliveira, 2020).

A problemática deste estudo se relaciona à importância de refletir sobre os desdobramentos teóricos e práticos inerentes aos diferentes contextos e abordagens no âmbito da Arquivologia, especialmente no que tange ao caráter não neutro das representações arquivísticas. Essas representações são instrumentos carregados de Intencionalidades (humanísticas, tecnológicas e informacionais), bem como, os impactos que podem afetar instituições e a sociedade de modo geral, sob a perspectiva da Pós-Fenomenologia.

Isso porque a Intencionalidade Informacional é fundamentada na perspectiva epistemológica da Pós-Fenomenologia que, apesar das poucas investigações no campo da CI, mostra-se como uma abordagem em potencial e adequada para os estudos das relações homem-tecnologia-mundo que ocorrem no contexto do fenômeno informacional, considerando como nexos as mediações por meio das Intencionalidades humana e tecnológica. A escassez de estudos com essa abordagem no Brasil é evidenciada pelo fato de que as pesquisas têm início com Márcia Feijão de Figueiredo (2011; 2012) e, posteriormente, restringem-se a poucos trabalhos, como os de Sanchez, Vidotti e Vechiato (2023), Sanchez (2024), Sanchez e Vidotti (2025) e Pimenta (2025), o que demonstra a ainda reduzida exploração da perspectiva no campo.

Nesse sentido, justifica-se, ainda, a realização deste estudo diante da escassez de pesquisas que relacionem a Arquivologia com a Intencionalidade Informacional no âmbito da Ciência da Informação, como um contributo com potencial para reflexões

⁴ Os sujeitos institucionais referem-se aos personagens profissionais envolvidos nos processos informacionais, sejam os profissionais da informação ou informáticos.



teóricas e práticas acerca das relações entre as Intencionalidades humana e tecnológica sob a perspectiva da Pós-Fenomenologia.

Posto isto, o objetivo geral deste trabalho é discutir as relações conceituais do contributo da Intencionalidade Informacional inserido na abordagem da Pós-Fenomenologia do campo da Ciência da Informação, no contexto da Arquivologia, com enfoque na Gestão Documental e na Representação da Informação, processos que se concretizam na Mediação da Informação.

Portanto, tais reflexões mostram-se necessárias para garantir uma mediação eticamente orientada ao acesso, uso e disseminação da informação, bem como assegurar que cada organização possa apresentar suas particularidades e historicidades por meio da preservação de sua memória institucional.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório e bibliográfico, fundamentado em abordagem qualitativa. O procedimento de coleta de dados foi executado em junho de 2026, por meio de um levantamento sistemático na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A estratégia de busca estruturou-se a partir do cruzamento dos descritores "arquivologia *and* Intencionalidade", visando mapear e analisar a produção científica que intersecciona ambos os conceitos.

Como resultado do refinamento, constatou-se a ausência de publicações que articulassem conjuntamente tais temáticas, o que sinaliza uma lacuna epistemológica na literatura da área. Desse modo, os textos apresentados nas diferentes seções deste estudo são decorrentes de levantamentos bibliográficos realizados a partir dos seguintes termos: Intencionalidade, Intencionalidade Informacional, Gestão Documental, Representação da Informação, Representações Arquivísticas e Mediação da Informação, de modo que pudessem contribuir com as discussões propostas.

Sob uma perspectiva analítica, a falta de registros que correlacionem a temática da Intencionalidade às práticas arquivísticas sugere que o campo ainda necessita ampliar e aprofundar as pesquisas teóricas e metodológicas que visem fortalecer a Arquivologia como uma ciência interdisciplinar e intencional, a partir da relação entre os processos informacionais e os usuários.



Portanto, a inexistência de discussões prévias não apenas ratifica o ineditismo e a originalidade deste estudo, mas também impõe a necessidade urgente de romper com o isolamento teórico desses conceitos, promovendo o adensamento crítico e a renovação paradigmática do pensamento arquivístico contemporâneo, além de trazer a abordagem da Pós-Fenomenologia para os estudos da Arquivologia e da Ciência da Informação.

3 TRAJETÓRIA CONCEITUAL DA INTENCIONALIDADE INFORMACIONAL

Enquanto campo do conhecimento interdisciplinar na CI, a Arquivologia, na fase pós-custodial, domina ações referentes à produção, avaliação, organização, recuperação, acesso, disseminação e preservação dos documentos arquivísticos. Nessa fase, há uma ênfase para além dos cuidados e tratamento com o acervo documental e as ações mencionadas, demonstrando "necessidade de conhecimentos e habilidades específicas para lidar com a informação [...] independente do meio em que se encontre disponível, dentro ou fora dos limites físicos do arquivo" (Brandão; Borges, 2016, p. 130).

Esse trabalho se formaliza a partir de aspectos que envolvem a Mediação da Informação realizada pelo arquivista, a qual se concretiza por meio da construção da bagagem cognitiva dos indivíduos (Intencionalidade) envolvidos nesses processos, bem como dos contextos e particularidades de cada instituição ao longo do tempo. Tais ações são respaldadas por aspectos técnicos e normativos que envolvem a atuação do profissional, sendo "produzidas a partir de, e produtoras de Intencionalidade" (Gracioso, 2018, p. 152), e emergem como elemento intrínseco aos processos informacionais, definindo a forma como a informação é produzida, mediada e apropriada.

Assim, a mediação e a Intencionalidade são inseparáveis, pois é a Intencionalidade que irá apoiar, direcionar e dar significado aos registros documentais (Rojas, 2018). Nesse sentido, a mediação se manifesta por meio das representações nos processos informacionais, neste caso, das Representações das Informações Arquivísticas e da Gestão Documental, que sempre estarão carregadas de Intencionalidade, independentemente da qualificação do mediador (Sanchez; Vidotti; Vechiato; Almeida Júnior, 2022). Entende-se, assim, que é necessário levar em consideração todos os



personagens envolvidos nos processos dentro desses espaços informacionais, incluindo o usuário final.

Dessa forma, a Intencionalidade é essencialmente relacional, nunca ocorrendo de forma isolada, pois envolve uma diversidade de elementos interligados, como os sujeitos informacionais (sejam os profissionais envolvidos ou o produtor da informação), o ambiente, o tipo de conteúdo, a linguagem, o suporte material e os contextos nos quais a informação foi gerada e será propagada (Sanchez; Vidotti; Vechiato; Almeida Júnior., 2022).

Ao considerar o sujeito informacional como um ser complexo e multifacetado, é preciso levar em conta que fatores externos, tais como os contextos sociais, políticos, familiares, culturais e tecnológicos em que está inserido, influenciam diretamente suas ações, moldando seus valores, desejos, modos de sentir, perceber, idealizar e construir conhecimentos (Rojas, 2018; Sanchez, 2024).

Dentre as abordagens sobre a Intencionalidade no campo CI, destaca-se o contributo da Intencionalidade Informacional, que se estabelece na:

interseção da Intencionalidade humana e da Intencionalidade tecnológica a partir das mediações. As mediações humanas e tecnológicas materializam os resultados adquiridos entre as relações dos sujeitos informacionais com as tecnologias, bem como as abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas da Intencionalidade Informacional, que viabilizam a Encontrabilidade da Informação para os ambientes informacionais (Sanchez, 2024, p. 150).

O contributo é construído a partir de investigações interdisciplinares com o campo da Filosofia, dentro das escolas de pensamento da Fenomenologia e da Pós-Fenomenologia. Entende-se que, enquanto a Fenomenologia foca na capacidade da mente de representar o mundo na relação homem-mundo, a Pós-Fenomenologia enfatiza que essa capacidade é agora inseparável das ferramentas tecnológicas que usamos para mediar nossa existência, na relação homem-tecnologia-mundo.

Dentre os filósofos responsáveis pelas principais discussões sobre a Intencionalidade no campo da Filosofia, estão John Searle (1983), autor da Teoria da Intencionalidade, a qual defende a Intencionalidade como algo intrínseco ao ser humano, pois se trata de processos neurofisiológicos que acontecem no cérebro de forma consciente e inconsciente; e o filósofo Don Ihde (1990), idealizador da abordagem da Pós-Fenomenologia e da adequação do termo para Intencionalidade tecnológica, a qual defende uma abordagem diferente da visão clássica da Fenomenologia, enfatizando como



a tecnologia se apresenta em nossa realidade, ou seja, a tecnologia não é apenas um objeto, mas um mediador inseparável das nossas atividades.

Em essência, a Intencionalidade tecnológica apresentará categorias diferentes de mediação, causando interferências, positivas e negativas, das mais simples às mais complexas, mas que, de um modo geral, estão tão imbricadas ao nosso modo de viver que só damos falta delas quando falham ou atrapalham alguma experiência, seja na vida pessoal ou profissional.

Posto isso, as mediações humanas e tecnológicas são ações que modelam as relações entre os sujeitos e as tecnologias de forma mútua. Nesse contexto, assim como os humanos, que são seres complexos e multifacetados, as tecnologias apresentam como característica principal a multiestabilidade, ou seja, a capacidade de apresentar "diferentes sentidos em contextos culturais diversos", além de um mesmo objetivo ter a possibilidade "[...] de ser realizado tecnologicamente de diferentes modos" (Verbeek, 2008, p. 35, tradução nossa).

Desse modo, há a interferência dos sujeitos na criação das tecnologias e, posteriormente, as intervenções das tecnologias em como vivemos a vida após esse contato. Por tecnologias, enfatiza-se o fato de que, na abordagem epistemológica da Pós-Fenomenologia, refere-se a qualquer coisa no mundo que seja idealizada pelos humanos e não a aspectos da natureza. Dentro desse contexto, é importante destacar que ambas as mediações, humanas e tecnológicas, não são neutras diante de toda bagagem que carregam em sua construção.

Trazendo essa relação conceitual para a Arquivologia, a Intencionalidade Informacional se apresenta como um fio condutor que atravessa os processos arquivísticos, manifestando-se em duas dimensões principais. A primeira é a Intencionalidade humanística, que provém das habilidades, competências e comportamentos das pessoas que atuam na Gestão Documental e nas Representações das Informações Arquivísticas. A segunda é a Intencionalidade tecnológica, atribuída à inserção e à evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Essas ferramentas, hoje, são componentes essenciais que reconfiguram todo o ciclo de vida dos documentos, desde a produção e o uso até a avaliação, a descrição e a preservação.

Nesse contexto, a Intencionalidade Informacional se posiciona como resposta à necessidade de uma gestão competente, capaz de integrar as mediações humanas e



tecnológicas de forma equilibrada. Com isso, tornam-se possíveis a criação de instrumentos de pesquisa e sistemas que realmente atendam às condições de satisfação do usuário, favorecendo a encontrabilidade e a apropriação da informação, ao mesmo tempo que essa abordagem garante que o patrimônio documental cumpra seu papel fundamental de prova e testemunho, mantendo-se acessível e vivo para as gerações presentes e futuras.

3.1 A RELAÇÃO ENTRE GESTÃO DOCUMENTAL, REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E INTENCIONALIDADE NAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS

A relevância contemporânea dos arquivos para o tecido social é amplamente respaldada pelos debates epistemológicos da Arquivística, haja vista que as estruturas documentais desempenham funções plurais que transcendem a mera custódia administrativa. Tais debates podem ser estendidos às discussões sobre as relações humanas e tecnológicas no âmbito da Arquivologia, enfatizando que a relevância social dos arquivos também se manifesta por meio das Representações das Informações Arquivísticas que viabilizam funções essenciais à vida em sociedade.

Conforme assevera Fujita (2017), os arquivos assumem um papel polivalente nas instituições modernas, atuando estrategicamente na eficácia e eficiência da gestão orgânica, no fomento ao desenvolvimento do conhecimento científico, na salvaguarda da memória coletiva e na garantia jurídica de direitos fundamentais. Diante disso, os processos que envolvem o tratamento documental deixam de ser encarados como simples rotinas operacionais e passam a ser compreendidos como engrenagens vitais da Gestão Documental e da Representação da Informação Arquivística.

Nesse cenário, os processos de identificação como a classificação, avaliação e descrição documental não se limitam a ordenar suportes físicos ou digitais, elas integram intrinsecamente os sistemas que estruturam o pensamento conceitual de uma época ou instituição, considerando sempre o contexto orgânico no qual os documentos são criados. Sob essa perspectiva, tais práticas são constituintes do constructo teórico e metodológico da Organização do Conhecimento.



De acordo com Barros e Sousa (2019), a Organização do Conhecimento na Arquivologia não se esgota na aplicação de metodologias tecnicistas, mas se consolida como um campo de entrelaces teóricos onde as práticas arquivísticas atuam como instâncias de mediação e estruturação de domínios discursivos, viabilizando a transformação do fluxo documental em conhecimento.

Essa relação ganha aprofundamento metodológico por meio da Representação da Informação Arquivística, processo responsável por traduzir a complexidade do contexto documental em instrumentos de pesquisa devidamente acessíveis. Segundo Rodrigues (2003), a representação em arquivos opera como um sistema de significação que transpõe as características intrínsecas e extrínsecas do documento para códigos representativos, garantindo que a informação seja recuperada sem perder seu vínculo de proveniência.

Tognoli (2012) e Tognoli e Guimarães (2019), ainda apontam que abordagens pós-modernas propõem o conceito de fundo e o princípio da proveniência como nortes conceituais e não apenas como entidades físicas no processo de representação, o que reforça a ideia de um sistema de significação. Além disso, a proveniência e o contexto documental são pilares para a organização e representação do conhecimento arquivístico, especialmente através dos procedimentos de classificação e descrição.

A vinculação dessa articulação técnica com a Intencionalidade humanística se manifesta no ato consciente do sujeito em atribuir sentido, nexos causais e valor histórico-epistemológico aos registros enfatizando a subjetividade e a ética nos processos de Organização e Representação do Conhecimento.

No ambiente arquivístico, a mediação atua como a ponte que traduz a complexidade estrutural dos fundos documentais em canais viáveis de apropriação. É nesse horizonte que a Mediação da Informação se impõe como importante processo para que o acervo gerido ganhe função social ativa. Conforme conceitua Almeida Júnior (2015), a mediação é toda ação de interferência produzida seja pelo usuário interno ou externo, visando diminuir ou anular qualquer vestígio de manipulação da informação, para propiciar a apropriação de informações que satisfaçam as necessidades de conhecimento dos sujeitos.

No entanto, segundo Santos Neto e Almeida Júnior (2017), é importante caracterizar a mediação como algo colaborativo, participativo e com potencial transformador, sem esquecer que ela não é passiva, mas intencional, de modo consciente



ou inconsciente. Para Santos Neto e Bortolin (2020), a mediação em arquivos deve ser entendida como um processo dinâmico, que não apenas facilita o acesso físico ou digital aos documentos, mas atua na desconstrução de barreiras linguísticas, políticas e cognitivas, auxiliando o usuário em suas práticas de pesquisa e cidadania.

A partir da ação mediadora advinda da formalização da Intencionalidade do arquivista, seu agir se torna exposto na organização e na representação e se materializa quando o usuário interage com o documento e reconstrói seu significado. Dessa forma, o arquivista assume uma conduta protagonista e compreende o desafio de seu papel social, atuando como mediador dentro e fora dos diferentes espaços, apoiando a apropriação da informação dos sujeitos por meio do acesso em diferentes dispositivos informacionais e reconhecendo também o papel social dos arquivos (Santos; Sousa; Gomes, 2022).

Nesse sentido, a convergência entre o uso da informação e os aportes da Gestão Documental, das Representações da Informação Arquivística e da Mediação da Informação estimula o desenvolvimento de competências em informação (coletivas e individuais) nos ambientes de pesquisa. O usuário de arquivos, ao se deparar com a densidade do princípio da proveniência e da ordem original, necessita de uma mediação pedagógica que o capacite a interpretar os contextos orgânicos de produção, evitando leituras anacrônicas dos documentos (Azevedo; Mariz, 2022). Dessa forma, as práticas arquivísticas deixam de focar na passividade da custódia para fomentar um ecossistema dinâmico de (re) construção do conhecimento, onde a Intencionalidade Informacional atinge seu ápice na apropriação crítica dos saberes guardados.

Todavia, a efetivação desse ecossistema científico enfrenta desafios estruturais na práxis institucional. Indolfo (2012) adverte que a frequência de procedimentos inadequados na gestão de documentos decorre, prioritariamente, de lacunas no domínio teórico-metodológico necessário para a execução eficiente de todas as funções que integram o processo, como a forte relação entre classificação e avaliação documental. A ausência de um tratamento técnico rigoroso e de políticas de Gestão Documental baseadas na Organização do Conhecimento gera massas documentais acumuladas e desprovidas de nexos, provocando acúmulo documental, entraves no acesso/uso à informação e desconforto institucional.

Portanto, fortalecer a Arquivologia como uma ciência interdisciplinar exige o adensamento teórico de seus processos, reafirmando que a representação da informação



é um ato intencional e mediado, voltado a conectar dinamicamente os fluxos institucionais e os sujeitos que dependem do uso da informação para a produção de novos conhecimentos.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

A convergência entre a Gestão Documental e a Representação das Informações Arquivísticas pelos processos informacionais e da Mediação da Informação dentro do contexto da Arquivologia revela que o tratamento técnico dos arquivos não constitui um ato puramente mecânico, mas sim uma manifestação explícita de Intencionalidade.

A Representação da Informação Arquivística em espaços de arquivos é intrinsecamente um ato de atribuição de sentido e de organização de nexos de linguagem, cujo objetivo primordial é garantir que a estrutura física e conceitual do documento permaneça inteligível para além do seu momento originário de criação.

Essa transição da Intencionalidade humana para a dimensão estritamente informacional reconfigura o estatuto epistemológico da Arquivologia, reforçando-a como uma ciência social e dialógica, com mediações humanas e tecnológicas nos processos arquivísticos, o que se caracteriza na abordagem epistemológica da Pós-Fenomenologia. Ao estruturar os fluxos documentais por meio de códigos, metadados e linguagens de descrição, a disciplina assegura que a informação não permaneça isolada em sua materialidade, mas se conecte ativamente às redes de cognição dos usuários.

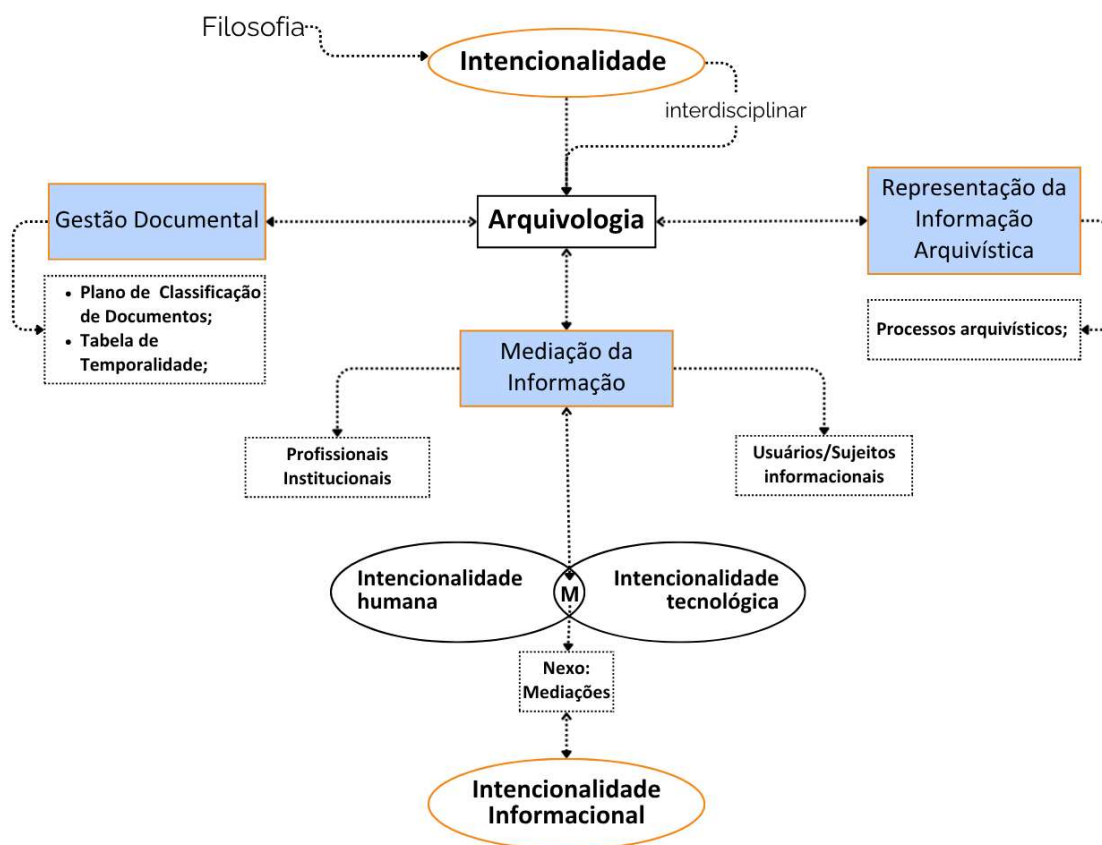
A Intencionalidade Informacional solidifica-se quando a arquitetura construída pela Gestão Documental passa a servir como um dispositivo de ativação do conhecimento para os usuários. Assim, a Representação das Informações Arquivísticas validam-se como um ato intencional voltado a perenizar onexo causal entre a ação que gerou o documento e o conhecimento que ele é capaz de produzir.

Assim, a gestão de documentos, ao intervir no ciclo de vida dos registros, estabelece as condições de possibilidade para que o contexto orgânico seja preservado e traduzido de forma inteligível. Nesse direcionamento, a Representação da Informação Arquivística atua como ponte onde a Intencionalidade do produtor é decodificada pelos processos arquivísticos e convertida em Intencionalidade Informacional, isto é, uma Intencionalidade direcionada ao acesso e à emancipação do sujeito, mediada por



diferentes categorias de mediações tecnológicas, como representado na Figura 1, que segue.

Figura 1– Relações conceituais entre a Intencionalidade e Arquivologia



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Dessa forma, a proposta deste texto em apresentar as relações conceituais do contributo da Intencionalidade Informacional com a Arquivologia está representada pelo mapa mental da Figura 1, que demonstra o processo de construção dessa relação a partir da ideia de um estudo interdisciplinar com a área da Filosofia, na qual a temática da Intencionalidade já está consolidada, tanto na escola de pensamento da Fenomenologia quanto na da Pós-Fenomenologia.

Desse modo, a investigação com a Arquivologia é proposta por três eixos, sendo eles: a Gestão Documental, levando em consideração os elementos técnicos e normativos (plano de classificação de documentos e tabela de temporalidade), bem como os processos arquivísticos formalizados pela Representação das Informações Arquivísticas e disponibilizados pela Mediação da Informação, na qual são consideradas as mediações dos sujeitos institucionais e dos sujeitos informacionais/usuários.



No entanto, as mediações são vistas como o nexos do contributo da Intencionalidade Informacional, pois entende que os processos que ocorrem em cada um dos três eixos funcionam como uma ponte que converte a intenção original advinda da Intencionalidade humanística dos diferentes personagens envolvidos, perpassa pela Intencionalidade tecnológica dos diversos meios onde a informação se propaga e se caracteriza como Intencionalidade Informacional.

Portanto, no contexto da Arquivologia, a Intencionalidade Informacional emerge como o elemento vital que articula a representação e a mediação, transcendendo a visão puramente técnica ou administrativa desses processos, na qual as Representações das Informações Arquivísticas são o próprio produto da mediação dentro dos processos informacionais. Juntos, esses eixos estruturam uma Gestão Documental eficaz e eficiente que garantirá o acesso, o uso, a encontrabilidade da informação para que isso resulte em uma efetiva apropriação e emancipação social por meio dos arquivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o objetivo geral deste trabalho de discutir as relações conceituais do contributo da Intencionalidade Informacional inserido na abordagem da Pós-Fenomenologia do campo da Ciência da Informação, dentro do contexto da Arquivologia, com enfoque na Gestão Documental e na Representação das Informações Arquivísticas, que se concretizam no processo de Mediação da Informação, foi atingido.

A análise realizada demonstra que a integração entre a Intencionalidade Informacional e a Arquivologia é fundamental para uma ciência interdisciplinar que deve superar a visão puramente custodial e tecnicista, levando em consideração a abordagem da Pós-Fenomenologia para apoiar as investigações, em virtude de seu olhar para as relações humanas e tecnológicas que ocorrem no fenômeno informacional e nos espaços como os arquivos.

Nesse sentido, fica claro que os processos arquivísticos não são meras tarefas mecânicas ou administrativas, mas sim produções repletas de sentido e subjetividade, nas quais a bagagem cognitiva dos sujeitos institucionais e a Intencionalidade tecnológica das ferramentas interagem de forma intrínseca. É a partir dessa organização na Gestão Documental e do cuidado com a mediação que se pode garantir que um documento não



se torne apenas um registro esquecido, mas sim uma ferramenta viva que liga quem produziu o arquivo no passado a quem precisa dele hoje. O papel do arquivista se mostra, portanto, como o de um mediador social ativo e não neutro, transformando o caos silencioso dos fundos documentais em conhecimento inteligível e socialmente partilhado, garantindo que o patrimônio documental cumpra sua função social de prova e testemunho.

Por fim, propõe-se como pesquisas futuras o aprofundamento da temática relacionada à Intencionalidade Informacional e à Arquivologia, diante da possibilidade de uma agenda de pesquisa, tendo em vista a inexistência de trabalhos no campo da Ciência da Informação sobre essas relações. É possível, por meio da abordagem epistemológica da Pós-Fenomenologia, investigar e discutir diferentes perspectivas dos processos arquivísticos, incluindo abordagens teóricas e técnicas para a promoção do acesso, uso, recuperação, encontrabilidade e apropriação da informação pelos sujeitos informacionais em diferentes ambientes e nichos da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da Informação: dimensões. **Infohome**. [s.l.], 2015. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=939. Acesso em: 29 jun. 2026.

ARAÚJO, C. S; CAVALCANTI, I. B; SILVA, A. R; BARROSO, P. A. L. O Papel Social da Arquivologia: a percepção dos arquivistas na era da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 53–61, 2016. DOI: 10.28998/cirev.%y253-61. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/cir/article/view/1790>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ARAÚJO, C. S; SANTOS, M. P; OLIVEIRA, D. A. Impactos do Projeto de Lei nº 7.920/2017 nos processos de Gestão Documental nos arquivos brasileiros: reflexões e posicionamentos. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 86–104, 2020. DOI: 10.28998/cirev.%y786-104. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/cir/article/view/8810>. Acesso em: 25 jun. 2026.

AZEVEDO, R. A; MARIZ, A. C. A. ESTUDO DE USUÁRIOS DE ARQUIVOS: aspectos quantitativos e qualitativos de uma área em expansão. **Archeion Online**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 109–126, 2022. DOI: 10.22478/ufpb.2318-6186.2022v10n2.63984. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/63984>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BARROS, T. H. B; SOUSA, R. T. B. Organização do Conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 76–92, 2019.



DOI: 10.5433/1981-8920.2019v24n2p76. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38290>. Acesso em:
29 jun. 2026.

BRANDÃO, G; BORGES, J. Mediação da Informação arquivística: o papel do arquivista pós-custodial. **RACIn: Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 4, p. 118-136, 2016. Disponível em:
https://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0118-0136.pdf. Acesso em: 21 jun. 2026.

FIGUEIREDO, M. F. **Busca e validação da informação imagética na web**. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em:
<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/745>. Acesso em: 27 jun. 2026.

FIGUEIREDO, M. F. Pós-fenomenologia e Ciência da Informação: aportes epistêmicos para acesso ao conhecimento. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3 n. 1, n. 1, p. 21-35, 2012. Disponível em:
<https://revistas.usp.br/incid/article/view/42367>. Acesso em: 27 jun. 2026.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária e o processo de compreensão do indexador: memorial de investigação científica. *In*: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). **Leitura documentária: estudos avançados para a indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 15-50. Disponível em:
<https://doi.org/10.36311/2017.978-85-7983-917-7.p15-50>. Acesso em: 30 jun. 2026.

GRACIOSO, L. S. A concepção wittgensteiniana de Intencionalidade e seus reflexos nos estudos da Informação. *In*: ROJAS, M. Á. R. (org.). **La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018. p. 137-156. Disponível em:
http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L156. Acesso em: 21 jun. 2026.

IHDE, D. **Technology and the lifeworld: from garden to earth**. Bloomington: Indiana University Press. 1990.

INDOLFO, A. C. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documento. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 13-37, 2012. Disponível em: https://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/821255/e06_a15.pdf. Acesso em: 30 jun. 2026.

PIMENTA, R. M. Considerações sobre uma possível fenomenologia crítica da informação: a dualidade entre don ihde e vilém flusser para a (in)compreensão da relação humano-tecnologia-mundo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2025. **Anais [...]** XXV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2025. Disponível em:
<https://cip.brapci.inf.br/download/382956>. Acesso em: 21 jun. 2026.



RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. *In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. v. 2, p. 210-230. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1442>. Acesso em: 30 jun. 2026.

ROJAS, M. A. R. **La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental**. UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018. 172p. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L156. Acesso em: 23 jun. 2026.

SANCHEZ, F. A.; VIDOTTI, S. A. B. G VECCHIATO, F; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Intencionalidade e Mediação da Informação no contexto dos ambientes informacionais digitais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 111998, 2022. DOI: 10.19132/1808-5245282.111998. Acesso em: 21 jun. 2026.

SANCHEZ, F. A.; VIDOTTI, S. A. B. G.; VECCHIATO, F. L. **O conceito de Intencionalidade tecnológica no contexto da encontrabilidade da informação**. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2023. Anais [...] XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2023*. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/258271>. Acesso em: 21 jun. 2026.

SANCHEZ, F. A.; CASTRO, F. F; VECCHIATO, F; VIDOTTI, S. A. B. G Correlações da Teoria da Representação e Teoria da Intencionalidade: contribuições para a Encontrabilidade da Informação. **Revista Ciência da Informação**, v. 52, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v52i2.6030>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SANCHEZ, F. A. **Intencionalidade informacional: abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas no campo da ciência da informação**. 2024. 170 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/256900>. Acesso em: 21 jun. 2026.

SANCHEZ, F. A.; VIDOTTI, S. A. B. G. Pós-fenomenologia e a Intencionalidade tecnológica na Ciência da Informação: um enfoque à Intencionalidade ciborgue. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2025. Anais [...] XXV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2025*. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/383530>. Acesso em: 21 jun. 2026.

SANTOS, R. R; SOUSA, A. C. M; GOMES, H. F. As dimensões da Mediação da Informação no âmbito das instituições arquivísticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 281-298, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245281.281-298. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/112753>. Acesso em: 30 jun. 2026.



SANTOS NETO, J. A; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. O caráter implícito da Mediação da Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/92037>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SANTOS NETO, J. A; BORTOLIN, S. Mediação e difusão em arquivos inter-relações teóricas. **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza (CE), v. 5, n. 1, p. 144-161, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52744>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SEARLE, J. R. **Intentionality: An essay in the philosophy of mind**. Cambridge University press, 1983.

TOGNOLI, N. B. A representação na Arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, p. 79-92, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115396>. Acesso em: 29 jun. 2026.

TOGNOLI, N. B; GUIMARÃES, J. A. C. Provenance as a knowledge organization principlet. **Knowledge Organization**, v. 46, n. 7, p. 558-568, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/201532>. Acesso em: 29 jun. 2026.

VERBEEK, P. P. Cyborg intentionality: Rethinking the phenomenology of human-technology relations. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, n.7, p. 387-395, 2008. Disponível em: <https://doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11097-008-9099-x>. Acesso em: 23 jun. 2026.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa.



GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES:
compreensões preliminares

INFORMATION GOVERNANCE IN ORGANIZATIONS:
preliminary understandings

Pedro Ivo Silveira Andretta¹

José Aroldo Costa Carvalho Junior²

Michelle Juliana Vieira Gomes³

RESUMO

A Governança da Informação tem assumido papel estratégico nas organizações diante do crescimento do volume de dados, da transformação digital e da necessidade de informações confiáveis para a tomada de decisão. Este estudo teve como objetivo apresentar as discussões sobre Governança da Informação, identificando compreensões teóricas, contextos de aplicação e sua integração junto aos processos decisórios. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão narrativa a partir da base de dados Scopus. Os resultados indicam que a Governança da Informação passou de uma abordagem associada à gestão documental e à conformidade regulatória para uma perspectiva estratégica, interdisciplinar e orientada ao uso da informação como ativo organizacional; os principais contextos de aplicação envolvem gestão documental, governança organizacional, transformação digital, governança de dados, segurança da informação, privacidade, proteção de dados e ambientes interorganizacionais; e sua contribuição para a qualificação dos processos decisórios ao estabelecer políticas, responsabilidades, fluxos, tecnologias e mecanismos de controle capazes de assegurar qualidade, confiabilidade, integridade e uso responsável da informação. Conclui-se que a Governança da Informação constitui um campo interdisciplinar em expansão, desempenhando papel fundamental na gestão estratégica dos ativos informacionais e no suporte aos processos organizacionais em ambientes cada vez mais orientados por dados.

Palavras-chave: Governança da informação; Gestão da informação; Revisão Narrativa.

ABSTRACT

Information Governance has assumed a strategic role in organizations in view of the growth in data volume, digital transformation, and the need for reliable information to support decision-making. This study aimed to present discussions on Information Governance by identifying theoretical understandings, contexts of application, and its integration into decision-making processes. To achieve this objective, a narrative review

¹ Professor | Universidade Federal de Rondônia | E-mail: andretta_pedro@yahoo.com.br

² Professor | Centro Universitário São Lucas | E-mail: aj_pvh@yahoo.com.br

³ Professora | Centro Universitário Aparício Carvalho | E-mail: michellejulianavieira@gmail.com



was conducted using the Scopus database. The results indicate that Information Governance has shifted from an approach associated with records management and regulatory compliance to a strategic, interdisciplinary perspective oriented toward the use of information as an organizational asset; that its main contexts of application involve records management, organizational governance, digital transformation, data governance, information security, privacy, data protection, and interorganizational environments; and that it contributes to the improvement of decision-making processes by establishing policies, responsibilities, flows, technologies, and control mechanisms capable of ensuring the quality, reliability, integrity, and responsible use of information. It is concluded that Information Governance constitutes an expanding interdisciplinary field, playing a fundamental role in the strategic management of information assets and in supporting organizational processes in environments increasingly driven by data.

Keywords: Information governance; Information management; Narrative review.

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento da dependência das tecnologias informacionais nas organizações, o crescimento do volume de dados produzidos e processados e a intensificação das preocupações com segurança, transparência e conformidade, a Governança da Informação tem se consolidado como um tema estratégico no mundo corporativo e nas instituições públicas. No contexto brasileiro, as discussões sobre o tema têm ganhado relevância em decorrência da ampliação dos serviços digitais, da expansão da produção de dados e da necessidade de fortalecimento dos mecanismos de transparência, acesso à informação e proteção de dados.

A literatura nacional destaca que a informação passou a ocupar posição central nas organizações públicas e privadas, exigindo estruturas capazes de assegurar qualidade, segurança, acessibilidade, conformidade e geração de valor social. Nessa perspectiva, a Governança da Informação ultrapassa os limites da gestão tecnológica, incorporando dimensões relacionadas à gestão da informação e do conhecimento, à mediação informacional, ao valor da informação, à redução das assimetrias informacionais e ao suporte à tomada de decisão (Daehn; Selig, 2022; Manhique, 2025). Minho (2025) argumenta que a Governança da Informação (mobilizado pela autora como “Governança Informacional”) deve ser compreendida para além da gestão técnica de dados e sistemas, abrangendo processos de localização, disseminação, acesso, mediação, uso e apropriação da informação em seus múltiplos contextos. Essa perspectiva reforça a necessidade de



compreender a informação como recurso estratégico para a promoção da transparência, da cidadania digital e da democratização do conhecimento.

Embora as discussões sobre Governança da Informação tenham se ampliado nos últimos anos, ainda se observa a necessidade de sistematizar os modos como a literatura tem abordado seus conceitos, enfoques teóricos, contextos de aplicação e relações com gestão, fluxos informacionais, dados, tecnologia e tomada de decisão. Diante disso, esta pesquisa assume como questão exploratória: como a literatura científica tem compreendido a Governança da Informação, suas aplicações e integração na gestão organizacional e processos decisórios? Assim, define-se o objetivo: apresentar as discussões sobre Governança da Informação, identificando compreensões teóricas, contextos de aplicação e sua integração junto aos processos decisórios.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Governança da Informação (GI) consolidou-se como uma abordagem interdisciplinar voltada à definição de estruturas, políticas, processos e responsabilidades capazes de assegurar que a informação seja gerenciada de forma eficiente, segura e estratégica ao longo de seu ciclo de vida. Embora suas origens estejam associadas à gestão documental, o conceito parece ter se transformado para abranger dimensões relacionadas à governança corporativa, à gestão da informação, à gestão de dados, à segurança, à conformidade regulatória e ao apoio à tomada de decisão (Hagmann, 2013; Lomas, 2010; Brooks, 2019; Maurel; Dufour; Zwarich, 2017). Mullon e Ngoepe (2019) destacam que a Governança da Informação integra diferentes disciplinas organizacionais, enquanto In et al. (2019) e Rasouli et al. (2016) evidenciam sua função na coordenação de fluxos informacionais e na garantia da qualidade das informações compartilhadas entre organizações e redes de negócios. Manhique (2025), por sua vez, compreende a Governança da Informação como um framework que auxilia as organizações a lidar com a explosão informacional e com as assimetrias de informação, considerando dimensões como valor, compliance, qualidade, privacidade e segurança da informação.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à relação entre Governança da Informação, qualidade da informação e tomada de decisão, especialmente em ambientes corporativos e em níveis estratégicos de gestão. Nessa perspectiva, a Governança da Informação atua como mecanismo orientador da criação, captura, armazenamento, uso,



compartilhamento e descarte das informações, contribuindo para a geração de conhecimento e para o alcance dos objetivos organizacionais (Mikalef et al., 2020; Manhique, 2025; Asfoura, 2022).

A literatura também evidencia forte aproximação entre Governança da Informação, segurança da informação, privacidade e conformidade regulatória. Estudos como os de Lomas (2010), Mourby (2020), Hofman et al. (2019) e Sanchez Gonzalez et al. (2024) demonstram que a efetividade da Governança da Informação depende da implementação de mecanismos capazes de assegurar confidencialidade, integridade, disponibilidade, proteção de dados e controle de acesso. Além disso, a expansão de tecnologias digitais, como *big data*, *blockchain*, *analytics* e Internet das Coisas, ampliou a necessidade de estruturas de governança que garantam transparência, rastreabilidade e uso responsável da informação (Franks, 2020; Selvakumar et al., 2025; Silva et al., 2021).

No contexto brasileiro, a Governança da Informação tem sido compreendida como uma abordagem estratégica voltada à gestão, ao uso e à geração de valor a partir dos recursos informacionais. Daehn e Selig (2022) destacam que a Governança da Informação atua como elemento articulador entre gestão da informação e gestão do conhecimento, contribuindo para a transformação de dados e informações em ativos capazes de apoiar processos organizacionais e decisórios. Sob a perspectiva da Ciência da Informação, Manhique (2024) argumenta que a informação possui valor intrínseco para indivíduos e organizações, sendo a Governança da Informação compreendida como responsável por estabelecer mecanismos que assegurem sua qualidade, acessibilidade, confiabilidade e utilização estratégica. Minho (2025) amplia essa discussão ao abordar a Governança da Informação no contexto do Governo Digital brasileiro. Neste estudo, a noção de Governança Informacional é compreendida como complementar e necessária à Governança TI, especialmente por enfatizar processos de mediação, disseminação, acesso, apropriação e democratização da informação. Essa abordagem evidencia que a Governança da Informação não se limita à eficiência organizacional, mas também envolve dimensões sociais, políticas e informacionais relacionadas à transparência, à cidadania digital e ao direito de acesso à informação.

A literatura demonstra que a Governança da Informação constitui um fenômeno multidimensional, situado na interseção entre dimensões tecnológicas, organizacionais, regulatórias e sociais. Estudos recentes ampliam sua aplicação para contextos como administração pública digital, cadeias de suprimentos, instituições acadêmicas,



compartilhamento científico de dados e economia digital, indicando que a Governança da Informação ultrapassa os limites da gestão documental e assume papel central na coordenação dos recursos informacionais em ambientes complexos e intensivos em dados (Brown; Toze, 2017; Caron, 2024; Krause; Chen; Fischer, 2024; In et al., 2019).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como teórico-conceitual, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura. Esse tipo de revisão possibilita reunir, analisar e discutir contribuições teóricas e conceituais produzidas sobre determinado tema, permitindo uma compreensão ampliada do estado do conhecimento, das diferentes abordagens presentes na literatura científica e das tendências temáticas relacionadas à Governança da Informação.

O levantamento bibliográfico foi realizado em abril de 2026, na base de dados Scopus, utilizando a estratégia de busca "information governance" or "governança da informação" or "gobernanza de la información" para os campos título, "resumo e palavras-chave", limitando a busca às áreas de "Ciências Sociais" (*Social Sciences*), "Negócios, Gestão e Contabilidade" (*Business, Management and Accounting*), "Ciências da Decisão" (*Decision Sciences*) e "Economia, Econometria e Finanças" (*Economics, Econometrics and Finance*), para maior assertividade dos resultados relacionados à gestão de diferentes organizações; com restrição de período até 2025 e sem restrição ao idioma ou tipo de documento. A seguir, apresenta-se a expressão de busca mobilizada:

TITLE-ABS-KEY ("Information Governance" OR "governança da informação" OR "gobernanza de la información") AND (LIMIT-TO (SUBJAREA , "DECI") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "BUSI") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "SOCI") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "ECON")) AND PUBYEAR > 1977 AND PUBYEAR < 2026

A escolha da Scopus justifica-se por sua ampla cobertura de periódicos científicos internacionais e por sua capacidade de recuperar estudos de diferentes áreas do conhecimento, aspecto relevante diante do caráter interdisciplinar da Governança da Informação.

A busca inicial resultou em 428 registros, provenientes de artigos, anais de conferência, livros, revista comercial e coleção de livros. Em seguida, realizou-se uma



triagem preliminar por meio da leitura dos títulos e resumos, com o objetivo de verificar a aderência dos documentos ao escopo da pesquisa. Após essa etapa, foram selecionados 123 documentos para análise mais detalhada, sendo excluídos os registros que mencionaram os termos buscados de forma “marginal”, i.e., sem dar importância à expressão em nível conceitual.

Na etapa seguinte, buscou-se o acesso aos textos completos dos 123 documentos selecionados. Nessa fase, identificou-se como limitação a indisponibilidade de parte significativa dos documentos em ambiente virtual ou por meio dos canais institucionais de acesso disponíveis. Os documentos não localizados foram solicitados diretamente aos autores, porém, até a conclusão da pesquisa, não houve retorno positivo que possibilitasse sua inclusão no corpus. Dessa forma, o corpus final da revisão foi composto por 33 documentos disponíveis integralmente; o que por um lado, limita a pesquisa pelo viés de disponibilidade, mas por outro, é suficiente para a exploração preliminar. Cabe destacar que dos 123 documentos selecionados, apenas 23 eram de alguma modalidade de acesso aberto (verde, dourado, híbrido, bronze).

Quadro 1 – Pesquisas localizadas para a análise

| | | | | | |
|----|--------------------------------|----|------------------------------------|----|--------------------------------|
| 1 | PwC (2010) | 11 | Brown e Toze (2017) | 21 | Janah e Mayesti (2020) |
| 2 | Lomas (2010) | 12 | Maurel, Dufour e Zwarich (2017) | 22 | Mikalef et al. (2020) |
| 3 | Hagmann (2013) | 13 | Brooks (2019) | 23 | Mourby (2020) |
| 4 | Silic e Back (2013) | 14 | Daneshmandnia (2019) | 24 | Silva et al. (2021) |
| 5 | Wright (2013) | 15 | Fan (2019) | 25 | Torres e Silva et al. (2021) |
| 6 | Guichard-Spica e Maurel (2015) | 16 | Hofman et al. (2019) | 26 | Asfoura (2022) |
| 7 | Husson (2015) | 17 | In et al. (2019) | 27 | Daehn e Selig (2022) |
| 8 | Foster (2016) | 18 | Mullon e Ngoepe (2019) | 29 | Caron (2024) |
| 9 | Rasouli et al. (2016a) | 19 | Thiarai, Chotvijit e Jarvis (2019) | 30 | Sanchez Gonzalez et al. (2024) |
| 10 | Rasouli et al. (2016b) | 20 | Franks (2020) | 31 | Krause, Chen e Fischer (2024) |
| | | | | 32 | Nasir, Salwana e Ahmad (2025) |
| | | | | 33 | Selvakumar et al. (2025) |

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

A análise dos 33 documentos foi conduzida de forma qualitativa e descritiva, com base na leitura integral dos textos selecionados. A partir da leitura e interpretação dos estudos, os conteúdos foram organizados em eixos temáticos, contemplando dimensões como: i. Transformação conceitual; ii. Contextos de aplicação; iii. Relações entre Governança da Informação, gestão, fluxos informacionais, dados, tecnologia e tomada de



decisão.

4 RESULTADOS

A análise dos documentos selecionados permitiu identificar que a Governança da Informação constitui um campo em processo de consolidação, marcado por transformações conceituais, ampliação dos contextos de aplicação e crescente articulação com processos decisórios organizacionais. Embora suas formulações iniciais tenham se aproximado de práticas relacionadas à gestão documental, à conformidade regulatória e ao controle do ciclo de vida dos registros, a literatura analisada demonstra que o conceito passou a incorporar dimensões mais amplas, envolvendo qualidade da informação, segurança, privacidade, governança de dados, transformação digital, inovação e geração de valor.

Os resultados indicam que a Governança da Informação deixou de ser compreendida apenas como um conjunto de procedimentos voltados ao controle documental, passando a ser tratada como uma abordagem estratégica e interdisciplinar para orientar políticas, responsabilidades, processos, tecnologias e práticas de uso da informação nas organizações. Nesse sentido, a informação passa a ser reconhecida como ativo organizacional, cuja gestão adequada depende de estruturas de governança capazes de assegurar confiabilidade, integridade, disponibilidade, transparência e uso responsável.

Com base na análise do corpus, esta seção organiza os resultados em três eixos complementares. O primeiro aborda a transformação conceitual da Governança da Informação, evidenciando sua passagem de uma perspectiva centrada em documentos e conformidade para uma abordagem mais integrada, estratégica e orientada por dados. O segundo apresenta os principais contextos de aplicação identificados na literatura, destacando sua presença na gestão documental, na governança organizacional, na transformação digital, na segurança da informação, na proteção de dados e em ambientes interorganizacionais. O terceiro discute a relação entre Governança da Informação e integração dos processos decisórios, demonstrando como políticas, fluxos informacionais, dados e tecnologias contribuem para decisões mais qualificadas, responsáveis e sustentadas em informações confiáveis.



4.1 Transformação conceitual

Inicialmente, os conceitos de Governança da Informação estiveram associados à gestão documental e à conformidade regulatória, passando posteriormente a incorporar temas como qualidade da informação, segurança e privacidade. Em sua formulação contemporânea, a Governança da Informação passou a ser compreendida de modo mais amplo, envolvendo o uso estratégico da informação e seu reconhecimento como ativo organizacional.

Trabalhos como os de Silic e Back (2013), Wright (2013) e Rasouli *et al.* (2016) incorporaram elementos relacionados à cultura organizacional, à qualidade da informação, ao compartilhamento informacional e à governança em ambientes interorganizacionais. Nesse movimento, a Governança da Informação deixa de ser compreendida exclusivamente como mecanismo de controle documental e passa a ser tratada como capacidade organizacional voltada a assegurar a qualidade, a confiabilidade e o uso adequado das informações nos processos decisórios e operacionais.

Outra perspectiva mais estratégica e integrada da Governança da Informação é vista em Brown e Toze (2017), que a compreende como um conceito guarda-chuva que engloba políticas, processos e tecnologias voltados à gestão da informação e dos dados ao longo de todo o seu ciclo de vida. Na mesma direção, Brooks (2019) descreve a Governança da Informação como uma disciplina capaz de integrar gestão documental, privacidade, conformidade, gestão de riscos, tecnologia da informação e segurança da informação.

Na produção mais recente, observa-se nova ampliação conceitual impulsionada pela transformação digital. Temas como *big data*, *blockchain*, proteção de dados, inteligência analítica, ecossistemas digitais e compartilhamento de dados passam a integrar o debate sobre Governança da Informação. Mikalef *et al.* (2020) associam a Governança da Informação à capacidade de promover inovação baseada em *big data*, enquanto Franks (2020) e Selvakumar *et al.* (2025) discutem seus desafios diante das tecnologias *blockchain*. De forma complementar, Sanchez Gonzalez *et al.* (2024) enfatizam a importância da Governança da Informação para o compartilhamento responsável de dados científicos, e Krause, Chen e Fischer (2024) propõem sua incorporação como dimensão analítica para compreender as economias digitais contemporâneas. A seguir, uma tentativa de sistematização das transformações conceituais da Governança da Informação.



Quadro 2 – Transformação conceituais da Governança da Informação

| Recorte | Transformação conceitual do termo | Como a Governança da Informação (GI) é entendida | Textos representativos |
|---|--|---|--|
| Primeira formulação organizacional | De segurança, acesso e conformidade para um termo agregador ainda instável | Nos textos iniciais, GI aparece muito próxima de informação segura, acesso controlado, conformidade e gestão do risco. O conceito ainda não é estabilizado; Hagmann o descreve como imaturo e sujeito a uso inflacionado, enquanto Lomas o aproxima do contexto britânico de segurança e acesso. Silic & Back acrescentam a pressão dos dispositivos móveis, e Wright mostra a dependência de cultura e treinamento para conformidade. | Lomas 2010; Hagmann 2013; Silic & Back 2013; Wright 2013. |
| Virada arquivística e administrativa | De função arquivística a moldura organizacional transversal | A literatura francófona e a de administração pública deslocam GI do “fim do ciclo” documental para o governo do fluxo informacional em toda a organização. O arquivo deixa de ser apenas destino e vira infraestrutura de responsabilidades, integridade, autenticidade, acesso e prova. Brown & Toze ampliam esse raciocínio para o setor público digital, defendendo uma visão holística que preserve memória, <i>accountability</i> e transparência. | Guichard-Spica & Maure 2015, Persée; Husson 2015, Persée; Maurel et al. 2017, Persée; Brown & Toze 2017. |
| Expansão para redes, ecossistemas e processos | De controle interno para coordenação sociotécnica de fluxos interorganizacionais | Foster propõe compreender o trabalho com dados em contexto de economia, governança e ética; Rasouli descreve GI como requisito e depois como capacidade dinâmica em redes de negócios; In et al. recontextualizam o conceito para a cadeia de suprimentos. O núcleo semântico muda: governar informação já não é só custodiar, mas coordenar fluxos, interoperabilidade, decisões e dependências entre atores. | Foster 2016; Rasouli et al. 2016a e 2016b; In et al. 2019 |



| | | | |
|---|---|--|--|
| <p>Debate disciplinar e institucionalização</p> | <p>De “buzzword” para campo disputado entre gestão documental, compliance, privacidade, TI e política pública</p> | <p>Brooks mostra três leituras simultâneas: GI como oportunidade para gestão documental, como sucessora necessária da gestão documental e como rebranding sem novidade substantiva. Mullon & Ngoepe reforçam a fragmentação do campo ao listar gestão documental, gestão da informação, privacidade, acesso à informação, governança corporativa, risco, segurança da informação e e-discovery como facetas que tendem a operar isoladamente; Janah & Mayesti e Asfoura já respondem a esse problema com modelos de maturidade e ciclo de vida.</p> | <p>Brooks 2019; Mullon & Ngoepe 2019; Janah & Mayesti 2020; Asfoura 2022</p> |
| <p>Consolidação jurídico-ética e analítica</p> | <p>De conformidade estática para governança contextual do uso, do risco e da inovação</p> | <p>Daneshmandnia associa efetividade da GI à cultura e à confiança; Fan vincula GI ao risco jurídico da e-discovery; Thiarai trata GI como equilíbrio entre acesso analítico, segurança, ética e aprovação; Hofman, Franks e Mourby mostram que <i>blockchain</i>, GDPR e anonimização não eliminam a necessidade de GI, mas a aprofundam; Mikalef demonstra que GI pode inclusive fortalecer capacidades de inovação radical em ambientes de <i>big data analytics</i>; Torres e Silva et al. Aborda a Governança da Informação em ambientes corporativos digitais e intensivos em dados.</p> | <p>Daneshmandnia, 2019; Fan, 2019; Thiarai et al., 2019; Hofman et al., 2019; Franks, 2020; Mourby 2020; Mikalef et al., 2020; Torres e Silva et al (2021)</p> |
| <p>Fase recente</p> | <p>De arquitetura organizacional para infraestrutura normativa, semântica, valorativa e de desenho digital</p> | <p>Caron propõe GI como um dos alicerces da transformação digital de instituições; Sanchez Gonzalez deslocam o problema para a normalização semântica dos “<i>conditions of use</i>”; Krause introduz GI como dimensão macroinstitucional e político-econômica; Nasir transforma princípios de GI em base de ontologia de <i>dashboards</i>; Selvakumar mostra a migração</p> | <p>Caron 2024; Sanchez Gonzalez, 2024; Krause et al., 2024; Nasir et al., 2025; Selvakumar et al. 2025</p> |



| | | | |
|--|--|---|--|
| | | do termo para governança acadêmica baseada em <i>blockchain</i> . | |
|--|--|---|--|

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

O levantamento permite identificar que o termo governança da informação não evoluiu de modo linear, mas por acréscimo de camadas conceituais. A camada inaugural é securitário-compliance: proteger, controlar acesso e reduzir risco. Em seguida, forma-se a camada arquivístico-organizacional: governar a informação desde a criação, articulando arquivo, documento, sistemas e responsabilidade institucional. Depois emerge a camada interorganizacional e sociotécnica: coordenar fluxos, plataformas, redes e ecossistemas. Mais recentemente, instala-se uma camada jurídico-ética e analítica, em que governança da informação regula compartilhamento, anonimidade, *blockchain*, *big data* e inovação.

Em termos de definição analítica, o eixo mais robusto do corpus não descreve a governança da informação apenas como “gestão da informação”, nem apenas como “gestão de documentos”, e tampouco como simples sinônimo de “*data governance*”. O ponto comum mais forte é que governança da informação opera como estrutura de decisão e responsabilidade sobre o uso, a qualidade, a proteção, a disponibilidade, a retenção, a circulação e o valor da informação em contextos organizacionais e sociais específicos. Desse modo, podemos compreender que a governança da informação é um arranjo organizacional e sociotécnico de princípios, papéis, processos, controles e decisões que orienta o ciclo de vida, o uso, o compartilhamento, a proteção, a qualidade, a interpretação e a geração de valor da informação, em conformidade com requisitos legais, éticos, operacionais e estratégicos.

4.2 Contextos de aplicação

Embora os primeiros estudos estejam fortemente vinculados à gestão documental e à arquivística, observa-se uma expansão gradual da Governança da Informação para áreas relacionadas à governança de dados, transformação digital, inovação, compliance e ecossistemas informacionais complexos. Apesar dessa ampliação, o contexto mais recorrente identificado no corpus corresponde à gestão documental.

Trabalhos como os de Lomas (2010), Haggmann (2013), Husson (2015), Guichard-Spica e Maure (2015), Brooks (2019) e Franks (2020) abordam a Governança da Informação como mecanismo de governança do ciclo de vida da informação, incluindo



criação, classificação, armazenamento, preservação, acesso e descarte de documentos. Para esses autores, a preocupação central concentra-se na conformidade normativa, na preservação da memória organizacional e na garantia da autenticidade e da confiabilidade dos registros.

Outro contexto amplamente explorado refere-se à governança organizacional e à gestão estratégica da informação. Estudos como os de Maurel, Dufour e Zwarich (2017), Daneshmandnia (2019), Mullon e Ngoepe (2019) e Rasouli et al. (2016) destacam a informação como ativo estratégico e enfatizam a necessidade de estruturas formais de governança capazes de assegurar qualidade, transparência, responsabilização e suporte à tomada de decisão. Nessa perspectiva, a Governança da Informação é compreendida como elemento fundamental para a coordenação de processos organizacionais e para a geração de valor a partir dos recursos informacionais.

A transformação digital constitui outro importante contexto de aplicação identificado na literatura. Brown e Toze (2017), Caron (2024), Silva *et al.* (2021), Mikalef *et al.* (2020) e Nasir *et al.* (2025) associam a Governança da Informação aos desafios decorrentes da digitalização dos processos organizacionais, da adoção de sistemas corporativos, do uso de *big data* e da crescente dependência de ambientes digitais.

Há ainda crescente presença da Governança da Informação em contextos relacionados à segurança, à privacidade e à proteção de dados, especialmente em ambientes corporativos. Trabalhos como os de Hofman *et al.* (2019), Mourby (2020), Sanchez Gonzalez *et al.* (2024) e Asfoura (2022) evidenciam preocupações com conformidade regulatória, proteção de dados pessoais, compartilhamento seguro de informações e mitigação de riscos associados ao uso intensivo de dados. Nesse conjunto de estudos, a Governança da Informação aparece como instrumento essencial para assegurar o equilíbrio entre acesso, uso, compartilhamento e proteção da informação.

Estudos mais recentes ampliam os contextos de aplicação da Governança da Informação para ambientes interorganizacionais e ecossistemas digitais. In *et al.* (2019) exploram sua aplicação em cadeias de suprimentos, Rasouli *et al.* (2016) analisam redes de negócios orientadas a serviços, enquanto Krause, Chen e Fischer (2024) discutem sua relevância para a economia digital e para diferentes modelos institucionais de governança. A seguir, uma tentativa de sistematização das transformação dos contextos de aplicação relacionados à Governança da Informação.



Quadro 3 – Transformação cronológico-temática dos contextos de aplicação da Governança da Informação

| Período | Eixo temático de aplicação | Autores e ano |
|-----------|--|--|
| 2010–2015 | Segurança da informação, acesso, conformidade e gestão documental | PwC (2010); Lomas (2010); Hagmann (2013); Wright (2013); Guichard-Spica e Maurel (2015); Husson (2015) |
| 2016–2017 | Redes organizacionais, serviços e ambientes digitais | Rasouli et al. (2016a); Rasouli et al. (2016b); Brown e Toze (2017) |
| 2016–2019 | Cultura informacional, ética e efetividade organizacional | Foster (2016); Daneshmandnia (2019) |
| 2017–2019 | Responsabilidade arquivística e papel profissional | Maurel, Dufour e Zwarich (2017); Brooks (2019) |
| 2019 | E-discovery, <i>compliance</i> legal e gestão de riscos | Fan (2019) |
| 2019 | Governança da Informação em nível nacional | Mullon e Ngoepe (2019) |
| 2019 | Cadeias de suprimentos e redes interorganizacionais | In et al. (2019) |
| 2019–2025 | <i>Blockchain</i> , confiança, privacidade e registros distribuídos | Hofman et al. (2019); Franks (2020); Selvakumar et al. (2025) |
| 2020 | Produção audiovisual, documentação e televisão pública | Janah e Mayesti (2020) |
| 2020–2021 | <i>Big Data</i> , <i>analytics</i> , Planejamento de Recursos Empresariais (ERP) e Indústria 4.0 | Mikalef et al. (2020); Silva et al. (2021); Torres e Silva et al (2021) |
| 2020–2024 | Saúde, anonimização, biobancos e recursos biomédicos | Mourby (2020); Thiarai, Chotvijit e Jarvis (2019); Sanchez Gonzalez et al. (2024) |
| 2022 | Governança da Informação, gestão do conhecimento e criação de valor | Daehn e Selig (2022) |
| 2022–2024 | Modelagem, instituições digitais e estudos de caso | Asfoura (2022); Caron (2024) |
| 2024–2025 | Economia digital, governo digital e políticas públicas | Krause, Chen e Fischer (2024) |
| 2025 | Ontologias, dashboards e apoio à decisão | Nasir, Salwana e Ahmad (2025) |

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

No levantamento, identificamos que os contextos de aplicação da Governança da Informação se deslocam de uma matriz inicial associada a gestão documental, segurança, acesso, conformidade e cultura informacional para domínios mais amplos, como



administração pública digital, redes interorganizacionais, cadeias de suprimento, *big data analytics*, ERP/Indústria 4.0, *blockchain*, saúde, biobancos, governo digital e ontologias para sistemas de apoio à decisão. Assim, a governança da informação aparece menos como uma prática restrita ao controle documental e mais como um arranjo sociotécnico para definir responsabilidades, regras de uso, qualidade, segurança, acesso, valor e *accountability* da informação em ambientes organizacionais e digitais complexos.

4.3 Governança da Informação e integração dos processos decisórios

O corpus da pesquisa indica que a Governança da Informação atua como um sistema de direcionamento organizacional voltado à definição de políticas, responsabilidades, processos e mecanismos de controle sobre os ativos informacionais. Nessa perspectiva, a informação é tratada como recurso estratégico, exigindo práticas gerenciais capazes de garantir sua qualidade, disponibilidade, integridade e valor para a organização. Autores como Hagmann (2013), Brooks (2019), Maurel, Dufour e Zwarich (2017) e Mullon e Ngoepe (2019) defendem que a Governança da Informação amplia o escopo da gestão tradicional da informação ao incorporar elementos relacionados à governança corporativa, à conformidade regulatória, à gestão de riscos e à *accountability*.

Os estudos analisados demonstram que a efetividade da Governança da Informação depende da capacidade organizacional de controlar, monitorar e coordenar fluxos de informação internos e externos. In *et al.* (2019) argumentam que a governança dos fluxos informacionais é fundamental para garantir a qualidade das informações compartilhadas em cadeias de suprimentos, enquanto Rasouli et al. (2016) destacam sua relevância para redes de negócios e ambientes colaborativos. De forma semelhante, os estudos relacionados à gestão documental evidenciam que a Governança da Informação está associada ao controle do fluxo da informação ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a criação até o descarte ou a preservação dos documentos/registros.

A expansão dos ambientes digitais, associada ao crescimento do *big data*, da análise de dados e dos processos de digitalização organizacional, ampliou a necessidade de mecanismos capazes de assegurar qualidade, consistência, integridade e confiabilidade dos dados utilizados pelas organizações. Trabalhos como os de Mikalef *et al.* (2020), Silva *et al.* (2021), Sanchez Gonzalez *et al.* (2024) demonstram que a Governança da



Informação passou a incorporar preocupações relacionadas à governança de dados e ao compartilhamento seguro de informações.

Os trabalhos analisados também indicam que a transformação digital tem ampliado significativamente a complexidade dos ambientes informacionais, exigindo novas estruturas de governança capazes de lidar com sistemas corporativos, plataformas digitais, *blockchain*, *analytics*, inteligência artificial e ecossistemas baseados em dados. Brown e Toze (2017), Caron (2024), Hofman et al. (2019), Franks (2020) e Selvakumar et al. (2025) demonstram que as tecnologias digitais não substituem os mecanismos de governança; ao contrário, aumentam sua importância ao introduzir novos desafios relacionados à segurança, à privacidade, à interoperabilidade, à rastreabilidade e à conformidade regulatória. A seguir, uma tentativa de sistematização das transformações dos contextos de aplicação relacionados à Governança da Informação.

Quadro 4 – Tipos de integração da Governança da Informação aos processos decisórios

| Tipo de integração aos processos decisórios | Autores e ano | Como a Governança da Informação se integra à decisão |
|--|---|---|
| 1. Integração por controle, segurança, acesso e conformidade | PwC (2010); Lomas (2010); Hagmann (2013); Guichard-Spica e Maurel (2015); Husson (2015) | A Governança da Informação é mobilizada para definir políticas, controles, responsabilidades, critérios de acesso, retenção, preservação e segurança da informação. |
| 2. Integração documental, arquivística e baseada em evidências | Brooks (2019); Maurel, Dufour e Zwarich (2017); Franks (2020); Selvakumar et al. (2025) | A Governança da Informação é relacionada à confiabilidade dos registros, à autenticidade documental, à preservação, à rastreabilidade e ao papel dos profissionais da informação. |
| 3. Integração cultural e organizacional | Wright (2013); Daneshmandnia (2019); Foster (2016) | A Governança da Informação é associada à cultura informacional, ao comportamento organizacional, à ética no trabalho com dados e à efetividade das práticas institucionais. |
| 4. Integração estratégica e criação de valor organizacional | Hagmann (2013); Brown e Toze (2017); Daehn e Selig (2022); Caron (2024) | A Governança da Informação é compreendida como estrutura estratégica para transformar informação em valor, inovação, conhecimento e capacidade institucional. |



| | | |
|---|---|--|
| 5. Integração interorganizacional e em redes | Rasouli et al. (2016a); Rasouli et al. (2016b); In et al. (2019) | A Governança da Informação orienta o compartilhamento, a coordenação e a responsabilização sobre fluxos informacionais entre diferentes organizações. |
| 6. Integração jurídico-regulatória e gestão de riscos legais | Fan (2019); Hofman et al. (2019); Mourby (2020); Mullon e Ngoepe (2019) | A Governança da Informação é aplicada à conformidade legal, privacidade, proteção de dados, e-discovery, anonimização e responsabilidade institucional. |
| 7. Integração ética e técnico-regulatória em dados sensíveis | Thiarai, Chotvijit e Jarvis (2019); Mourby (2020); Gonzalez et al. (2024) / Sanchez Gonzalez et al. (2024) | A Governança da Informação é relacionada ao uso de dados sociais, biomédicos e de saúde, envolvendo consentimento, custódia, comitês de ética, acesso, padronização e reutilização. |
| 8. Integração tecnológica e infraestrutura digital | Silic e Back (2013); Hofman et al. (2019); Franks (2020); Selvakumar et al. (2025); Krause, Chen e Fischer (2024) | A Governança da Informação é associada a tecnologias digitais, dispositivos móveis, <i>blockchain</i> , registros distribuídos, economia digital e infraestruturas informacionais. |
| 9. Integração analítica, data-driven e apoio direto à decisão | Mikalef et al. (2020); Silva et al. (2021); Nasir, Salwana e Ahmad (2025); Torres e Silva et al (2021) | A Governança da Informação é incorporada a <i>Big Data Analytics</i> , ERP, <i>dashboards</i> , ontologias, qualidade dos dados, visualização e sistemas de apoio à decisão. |
| 10. Integração operacional e gerencial em setores específicos | Janah e Mayesti (2020); Silva et al. (2021) | A Governança da Informação é usada para avaliar ou estruturar práticas informacionais em organizações específicas, como televisão pública e sistemas contábeis/ERP. |
| 11. Integração político-administrativa e governo digital | Brown e Toze (2017); Mullon e Ngoepe (2019); Krause, Chen e Fischer (2024) | A Governança da Informação é vinculada à administração pública, governo digital, transparência, coordenação institucional e capacidade estatal. |
| 12. Integração metodológica para decisões de pesquisa | Asfoura (2022) | A Governança da Informação não aparece necessariamente como objeto de decisão organizacional, mas os estudos contribuem para decisões metodológicas ou analíticas sobre como revisar, caracterizar e estudar o tema. |

Fonte: Dados da pesquisa (2026)



Por fim, a relação entre Governança da Informação e decisão não ocorre de forma única. Em parte do levantamento, ela aparece como suporte indireto à decisão, por meio de segurança, conformidade, preservação, acesso e responsabilidade documental. Em outro conjunto, atua como infraestrutura estratégica da decisão, articulando informação, conhecimento, cultura, valor e inovação. Nos estudos mais recentes, a integração torna-se mais direta, especialmente quando a governança da informação é associada a *Big Data Analytics*, ERP, *dashboards*, ontologias, *blockchain* e dados sensíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tomou como objetivo apresentar as discussões sobre Governança da Informação, identificando compreensões teóricas, contextos de aplicação e sua integração junto aos processos decisórios. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão narrativa da literatura com base em documentos indexados na base Scopus. A análise dos trabalhos foi conduzida de forma qualitativa e descritiva.

Os resultados demonstraram que a Governança da Informação constitui um campo de pesquisa em expansão, caracterizado por elevada interdisciplinaridade e pela convergência de contribuições oriundas da Ciência da Informação, Administração, Sistemas de Informação, Governança Corporativa, Gestão de Dados e áreas correlatas. A análise evidenciou que não existe uma definição única e consensual para o conceito, embora os estudos apresentem elementos comuns relacionados à criação de estruturas, políticas, processos, responsabilidades e mecanismos de controle voltados à gestão dos ativos informacionais. Nesse sentido, a Governança da Informação pode ser compreendida como um conjunto de práticas destinadas a assegurar qualidade, segurança, integridade, disponibilidade, conformidade e valor da informação ao longo de seu ciclo de vida.

A análise temporal dos estudos permitiu identificar transformações conceituais, que poderão ser ainda mais marcantes, em uma revisão com mais documentos. Enquanto os trabalhos mais antigos concentram-se em aspectos relacionados à gestão documental e à segurança da informação, os estudos mais recentes ampliam o escopo da Governança da Informação para temas como governança de dados, transformação digital, *blockchain*, *analytics*, proteção de dados, compartilhamento de informações e inovação organizacional. Essa transformação indica que a Governança da Informação deixou de ser



compreendida apenas como mecanismo de controle documental e passou a ser tratada como abordagem estratégica para a gestão de recursos informacionais em ambientes complexos e intensivos em dados.

Em relação aos contextos de aplicação, verificou-se que a Governança da Informação tem sido empregada em diferentes ambientes organizacionais e institucionais. Os resultados indicam aplicações em gestão documental, administração pública, cadeias de suprimentos, instituições acadêmicas, ambientes digitais, sistemas corporativos, saúde, compartilhamento científico de dados e ecossistemas tecnológicos baseados em *blockchain*. Essa diversidade reforça o caráter transversal do conceito e sua capacidade de apoiar processos organizacionais em diferentes setores e níveis de complexidade.

Outro resultado relevante refere-se à relação entre Governança da Informação, gestão, fluxos informacionais, dados, tecnologia e tomada de decisão. Nesse contexto, a Governança da Informação desempenha papel estratégico ao coordenar fluxos informacionais, promover integração entre processos, reduzir assimetrias informacionais e fortalecer a utilização da informação como suporte à tomada de decisão.

Como contribuição teórica, esta revisão narrativa preliminar consolida diferentes perspectivas sobre Governança da Informação, oferecendo uma visão integrada da literatura científica. Além disso, o estudo contribui para a compreensão das relações existentes entre informação, dados, tecnologia e gestão, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e para o desenvolvimento de modelos organizacionais voltados ao uso estratégico da informação.

Reconhece-se como limitação metodológica o fato de a revisão ter sido realizada em uma única base de dados e de o corpus final estar condicionado à disponibilidade dos textos completos. Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação sobre a integração entre Governança da Informação, seus elementos, processos e modelos conceituais.

REFERÊNCIAS

ASFOURA, Evan. Deriving Suitable Characterization Model for Information Governance from Case Study Analysis Perspective. **Journal of System and Management Sciences**, v. 12, n. 3, p. 271-285, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33168/JSMS.2022.0314>. Acesso em: 20 maio 2026.



BROOKS, Julie. Perspectives on the relationship between records management and information governance. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 5-17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0032> . Acesso em: 19 mai. 2026.

BROWN, David. C. G.; TOZE, Sandra. Information governance in digitized public administration. **Canadian Public Administration**, v. 60, n. 4, p. 581-604, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/capa.12227> . Acesso em: 20 maio 2026.

CAMARGO JUNIOR, Raimundo Nonato et al.. Revisão integrativa, sistemática e narrativa - aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. **Revista ACB**, Florianópolis v. 28, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8970882> . Acesso em: 19 mai. 2026.

CARON, Daniel. J. Information Governance: Paving the Way to Digital Institutions and Organizations. **Canadian Public Administration**, v. 67, p. 506-516, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/capa.12585> . Acesso em: 19 mai. 2026.

DAEHN, Cheryl Maureen; SELIG, Paulo Mauricio. Perspectiva da governança de informação nas organizações: da predição à ação das práticas de gestão da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação em Revista**, v. 9, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/cir/article/view/12530> . Acesso em: 12 maio 2026.

DANESHMANDNIA, Ali. The influence of organizational culture on information governance effectiveness. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 18-41, 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/rmj/article-abstract/29/1-2/18/373140/The-influence-of-organizational-culture-on?redirectedFrom=PDF> . Acesso em: 19 mai. 2026.

FAN, G. The role of information governance in e-discovery – the case of China. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 168-177, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0031> . Acesso em: 19 mai. 2026.

FOSTER, J. Towards an understanding of data work in context: Emerging issues of economy, governance, and ethics. **Library Hi Tech**, v. 34, n. 2, p. 182-196, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/LHT-12-2015-0121> Acesso em: 19 maio 2026.

FRANKS, Patricia C. Implications of Blockchain Distributed Ledger Technology for Records Management and Information Governance Programs. **Records Management Journal**, v. 30, n. 3, p. 287-299, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-08-2019-0047> . Acesso em: 20 maio 2026.

GUICHARD-SPICA, Hélène; MAURE, Anne-Sophie. From Archiving to Information Governance: The Example of the Ministry of Defense. **Gazette des Archives**, v. 240, n. 4, p. 191-204, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/gazar.2015.5297> . Acesso em: 20 maio 2026.

HAGMANN, Jost. Information Governance – Beyond the Buzz. **Records Management Journal**, v. 23, n. 3, p. 228-240, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-04-2013-0008> . Acesso em: 17 maio 2026.



HOFMAN, Darra; LEMIEUX, Victoria Louise; JOO, Alysha; BATISTA, Danielle Alves. "The Margin Between the Edge of the World and Infinite Possibility": Blockchain, GDPR and Information Governance. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 240-257, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-12-2018-0045>. Acesso em: 18 maio 2026.

HUSSON, Lionel. Archives Management System, Information Governance: A Stronger Relationship Over Time. **Gazette des Archives**, v. 240, n. 4, p. 167-168, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/gazar.2015.5294>. Acesso em: 18 maio 2026.

IN, Joonhwan; BRADLEY, Randy; BICHESCU, Bogdan C.; AUTRY, Chad W. Supply Chain Information Governance: Toward a Conceptual Framework. **International Journal of Logistics Management**, v. 30, n. 2, p. 506-526, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJLM-05-2017-0132>. Acesso em: 20 maio 2026.

JANAH, N.; MAYESTI, N. Maturity Model Matrix of Information Governance in the Republic of Indonesia Public Television Broadcasting Institution. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 14, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.uowoajournals.org/aabfj/article/id/1073/> Acesso em: 19 maio 2026.

KRAUSE, Theresa; CHEN, Mo; FISCHER, Doris. Information Governance: A Missing Dimension in the Varieties of Capitalism Framework Illustrated Using the Case of Information Governance in China. **Journal of Digital Economy**, v. 3, p. 75-84, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jdec.2024.08.001>. Acesso em: 20 maio 2026.

LOMAS, Elizabeth. Information Governance: Information Security and Access within a UK Context. **Records Management Journal**, v. 20, n. 2, p. 182-198, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09565691011064322>. Acesso em: 21 maio 2026.

MANHIQUE, Ilídio Lobato Ernesto. Information Governance and the Perspective of Information Value in Information Science. **AtoZ**, v. 14, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/atoz.v14.90761>. Acesso em: 10 maio 2026.

MAUREL, Dominique; DUFOUR, Chantal; ZWARICH, Nathalie. La valeur ajoutée de l'archiviste: nouveaux rôles et nouvelles responsabilités au sein de la gouvernance de l'information. **Gazette des Archives**, 2017. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_2017_num_245_1_5516 Acesso em: 19 maio 2026.

MIKALEF, Patrick; BOURA, Maria; LEKAKOS, George; KROGSTIE, John. The Role of Information Governance in Big Data Analytics Driven Innovation. **Information and Management**, v. 57, n. 7, art. 103361, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.im.2020.103361>. Acesso em: 19 maio 2026.

MINHO, Amanda Guise. Governança Informacional e Ciência da Informação: Cenários e Perspectivas no Contexto do Governo Digital Brasileiro. In: FÓRUM DE ESTUDOS EM INFORMAÇÃO, SOCIEDADE E CIÊNCIA, 7., 2025, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2025. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/384262>. Acesso em: 21 maio 2026.



MOURBY, Miranda. Anonymity in EU Health Law: Not an Alternative to Information Governance. **Medical Law Review**, v. 28, n. 3, p. 478-501, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/medlaw/fwaa010>. Acesso em: 19 maio 2026.

MULLON, Paul Anthony; NGOEPE, Mpho. An Integrated Framework to Elevate Information Governance to a National Level in South Africa. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 103-116, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0030>. Acesso em: 20 maio 2026.

NASIR, Ahadi Haji Mohd.; SALWANA, Ely; AHMAD, Mohammad Nazir. Integrating Information Governance as the Foundation for Information Dashboard Design Ontology. **Journal of Information Technology Education: Innovations in Practice**, v. 24, p. 1-24, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.28945/5432>. Acesso em: 20 maio 2026.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (PwC). **Information Security Breaches Survey 2010** – Technical report. Comissão por Infosecurity Europe, abril de 2010.

RASOULI, Mohammad R.; ESHUIS, Rik; TRIENEKENS, Jos J. M.; KUSTERS, Rob J.; GREFFEN, Paul W. P. J. Information Governance as a Dynamic Capability in Service Oriented Business Networking. **IFIP Advances in Information and Communication Technology**, v. 480, p. 457-468, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-45390-3_39. Acesso em: 20 maio 2026.

RASOULI, M. R. et al. Information governance requirements in dynamic business networking. **Industrial Management & Data Systems**, v. 116, n. 7, p. 1356-1379, 2016b. Disponível em em: <https://doi.org/10.1108/IMDS-06-2015-0260> Acesso em: 19 maio 2026.

SANCHEZ GONZALEZ, Maria del Carmen et al. Common Conditions of Use Elements: Atomic Concepts for Consistent and Effective Information Governance. **Scientific Data**, v. 11, n. 1, art. 465, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41597-024-03279-z>. Acesso em: 20 maio 2026.

SELVAKUMAR, B. et al. Integrating Blockchain with Information Governance in Academic Institutions. **Indian Journal of Information Sources and Services**, v. 15, n. 4, p. 217-229, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.51983/ijiss-2025.IJISS.15.4.25>. Acesso em: 20 maio 2026.

SILIC, Mario; BACK, Andrea. Factors Impacting Information Governance in the Mobile Device Dual-Use Context. **Records Management Journal**, v. 23, n. 2, p. 73-89, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-11-2012-0033>. Acesso em: 18 maio 2026.

SILVA, Adriana Kivanski de Senna et al. Governança da Informação no Contexto dos Módulos Contábeis dos Sistemas ERP para a Indústria 4.0. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 11, n. especial, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81477>. Acesso em: 19 maio 2026.

THIARAI, Malkiat; CHOTVIJIT, Sarunkorn; JARVIS, Stephen. Balancing information governance obligations when accessing social care data for collaborative research.



Records Management Journal, v. 29, n. 1/2, p. 194-209, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0029> Acesso em: 19 maio 2026.

TORRES E SILVA, Marcelo Demichelli et al. Governança da informação no contexto dos módulos contábeis dos sistemas Enterprise Resource Planning (ERP) para a indústria 4.0: proposta de framework. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81477> . Acesso em: 29 jun. 2026.

WRIGHT, Trudi. Information Culture in a Government Organization: Examining Records Management Training and Self-Perceived Competencies in Compliance with a Records Management Program. **Records Management Journal**, v. 23, n. 1, p. 14-36, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09565691311325004>. Acesso em: 18 maio 2026.



ENTRE A INFORMAÇÃO E O SILÊNCIO: invisibilidade documental e desafios arquivísticos no acervo de manuscritos de José Américo de Almeida

BETWEEN INFORMATION AND SILENCE: Documentary Invisibility and Archival Challenges in the Manuscript Collection of José Américo de Almeida

Danielle Alves de Oliveira¹

Thiago Gomes Medeiros²

RESUMO:

José Américo de Almeida foi uma figura de grande relevância no cenário brasileiro do século XX. Ao longo de sua vida, produziu e recebeu expressivo volume documental, posteriormente reunido pela Fundação Casa de José Américo (FCJA), instituição criada em sua homenagem. No entanto, um grave problema de visão comprometeu a legibilidade de sua escrita, dificultando o processo de identificação e organização de parte significativa de seus manuscritos. Em razão dessas limitações, esses documentos permaneceram separados do restante de seu acervo pessoal, sem tratamento técnico sistemático e sem condições efetivas de acesso por mais de quatro décadas. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir as condições que contribuíram para a permanência desses manuscritos em situação de invisibilidade documental, refletindo sobre seus efeitos para as possibilidades de acesso, representação arquivística e circulação informacional. Adota-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em análise documental e bibliográfica. Os resultados evidenciam que a permanência prolongada desses documentos fora das condições efetivas de tratamento decorreu da conjugação de limitações técnicas, ausência histórica de competências especializadas e insuficiente priorização institucional, produzindo efeitos concretos de invisibilidade documental. Conclui-se que o caso analisado evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas arquivísticas voltadas ao tratamento de acervos pessoais complexos, reafirmando o papel do arquivista na construção de estratégias capazes de ampliar o acesso, a representação documental e a circulação social da informação.

Palavras-chave: Invisibilidade documental; Silenciamento arquivístico; Arquivos pessoais; Manuscritos.

ABSTRACT:

José Américo de Almeida was a prominent figure in twentieth-century Brazilian political and literary history. Throughout his life, he produced and received a substantial documentary corpus, later incorporated into the collection of the Fundação Casa de José Américo (FCJA), an institution created in his honor. However, severe visual impairment compromised the legibility of his handwriting, making the identification and organization of a significant portion of his manuscripts particularly challenging. As a result, these documents remained separated from the rest of his personal archive, without systematic archival treatment or effective access conditions for more than four decades. In this context, this article aims to discuss the conditions that contributed to the permanence of these manuscripts in a state of documentary invisibility,

¹ Professora | Universidade Federal da Paraíba | E-mail: prof.danielle.alves@gmail.com

² Professor | Secretaria de Educação da Paraíba | E-mail: professorthiagomedeiros@gmail.com



reflecting on their effects on access, archival representation, and informational circulation. The study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on documentary and bibliographic analysis. The findings indicate that the prolonged lack of effective treatment resulted from the combination of technical limitations, the historical absence of specialized expertise, and insufficient institutional prioritization, producing concrete effects of documentary invisibility. It is concluded that the case highlights the need to strengthen archival policies aimed at the treatment of complex personal archives, reaffirming the role of archivists in developing strategies capable of expanding access, archival representation, and the social circulation of information.

Keywords: Documentary invisibility; Archival silencing; Personal archives; Manuscripts.

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos são essenciais para a preservação da memória coletiva e, conseqüentemente, para a construção das identidades. No entanto, para que essa função seja efetivamente cumprida, é necessário que os acervos estejam devidamente organizados e acessíveis aos usuários, o que, frequentemente, não acontece. Os motivos são diversos, uma vez que a organização e o tratamento dos acervos documentais nem sempre seguem um processo linear ou são isentos de obstáculos. Corroborando com essa assertiva, Martins, Lunardelli e Aleixo (2023) destacam que, durante o tratamento arquivístico, cada fundo apresenta situações que desafiam os saberes arquivísticos, exigindo abordagens específicas para garantir a integridade e a acessibilidade dos documentos. O acervo de manuscritos de José Américo de Almeida, figura de grande relevância na literatura e na política brasileira do século XX, exemplifica as complexas dinâmicas que envolvem a organização de um acervo arquivístico e os efeitos que determinadas condições institucionais podem produzir sobre a visibilidade documental. Esse acervo integra o fundo pessoal *José Américo de Almeida (JAA)*, que está sob a custódia da Fundação Casa de José Américo (FCJA). Criada na década de 1980, logo após o falecimento do intelectual, a fundação foi instituída pelo então governador da Paraíba, Tarcísio de Miranda Burity, por meio do decreto estadual nº 4.195/1980, com o propósito de preservar sua trajetória e assegurar a permanência de sua memória no cenário cultural e político paraibano e nacional.

Com a criação da instituição, documentos, objetos e livros pertencentes ao titular foram reunidos, tratados e disponibilizados para compor o arquivo, a biblioteca e o museu da recém-criada FCJA. Os acervos passaram por processos de organização de acordo com



suas especificidades e necessidades técnicas, buscando garantir tanto sua preservação quanto seu acesso e utilização por pesquisadores e pela sociedade. Contudo, no processo de organização inicial do fundo, um conjunto significativo de manuscritos produzidos por José Américo de Almeida permaneceu sem tratamento técnico e sem integração efetiva aos instrumentos de acesso do acervo. Composto por diferentes espécies documentais, esse material apresentava dificuldades consideráveis de leitura e interpretação, sobretudo em razão do comprometimento da visão do titular ao longo de sua vida. Problemas oftalmológicos, associados ao avanço da presbiopia na velhice, impactaram diretamente sua escrita manual, tornando parte dos registros de difícil decifração.

Diante dessas limitações, os manuscritos permaneceram acondicionados separadamente, sem identificação de conteúdo e sem condições efetivas de consulta pública. Embora pesquisadores mais próximos da trajetória de José Américo tivessem conhecimento da existência dessa documentação, seu uso era extremamente limitado, tanto pela fragilidade física dos documentos quanto pela ausência de descrição arquivística e pelas dificuldades impostas pela grafia do autor. Essa situação, inicialmente relacionada a obstáculos técnicos e operacionais, prolongou-se por mais de 40 anos. Nesse intervalo, os manuscritos permaneceram à margem do circuito informacional do fundo José Américo de Almeida, sem integração aos instrumentos de pesquisa e sem ampla difusão institucional. Ainda que não se trate, necessariamente, de um processo deliberado de ocultamento, a permanência prolongada dessa documentação em condição de inacessibilidade produziu efeitos concretos sobre as possibilidades de acesso, pesquisa e construção da memória acerca do titular.

Durante esse período, o fundo JAA foi amplamente utilizado como base para teses, dissertações, biografias, artigos e livros. Entretanto, os manuscritos permaneceram fora das possibilidades efetivas de consulta pública e de utilização sistemática pelos pesquisadores. Esse contexto pode ter limitado determinadas possibilidades interpretativas acerca da trajetória de José Américo predominantemente associada aos documentos oficiais, datiloscritos e socialmente circulados, isto é, aos registros já incorporados ao circuito público de memória. Dessa forma, a ausência de tratamento e de acesso a esse conjunto documental influenciou diretamente as possibilidades de interpretação sobre a trajetória do titular.



Maria de Lourdes Lemos Luna, secretária pessoal de José Américo, explica no livro *Rastros na Areia* que o intelectual temia a divulgação de seus manuscritos, pois estes revelavam aspectos íntimos de seus pensamentos, práticas e sentimentos:

Não se entregava às confidências, transpondo seus desafios para centenas de cadernos. Infelizmente, não se consegue decifrar a letra sem caracteres bem formados. Receoso de que após a sua morte esses manuscritos fossem traduzidos e publicados, com uma interpretação deturpada, modificando-lhe o pensamento, pediu-me para queimá-los. Obviamente, não os destruí, fazendo hoje, esse acervo, parte do Arquivo da Fundação Casa de José Américo (Luna, 1994, p.69).

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo discutir as condições que contribuíram para a permanência desses manuscritos em situação de invisibilidade documental, refletindo sobre seus efeitos para as possibilidades de acesso, representação arquivística e circulação informacional. Parte-se do entendimento de que o silenciamento arquivístico não se manifesta apenas pela destruição ou ocultamento deliberado dos documentos, podendo também decorrer da permanência prolongada de conjuntos documentais fora das condições efetivas de tratamento, descrição e acesso.

Para contextualizar essa discussão, apresenta-se ainda o papel do arquivista diante dos desafios impostos por acervos pessoais complexos, bem como a metodologia adotada para a organização e difusão desse conjunto documental. A pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em análise documental e bibliográfica. O estudo articula o caso do acervo de manuscritos de José Américo de Almeida à revisão teórica em Arquivologia, Ciência da Informação e estudos da memória, possibilitando refletir sobre os desafios do tratamento e da difusão de arquivos pessoais marcados por condições de invisibilidade documental

2 REFLEXÕES EM TORNO DO ARQUIVO PESSOAL

Nas últimas décadas, os arquivos pessoais vêm ganhando destaque no cenário arquivístico brasileiro. A compreensão de que os arquivos são produtos orgânicos, gerados pelas atividades funcionais de seus respectivos produtores, permitiu estabelecer a distinção entre arquivos públicos, originados no exercício das funções institucionais de entidades estatais, e arquivos privados, provenientes de ações realizadas por indivíduos, famílias ou instituições não governamentais. Os arquivos de pessoas, inseridos na



concepção de arquivos privados, são formados, segundo Bellotto (2006, p. 266) por “[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc.”. Cabe destacar que nem todos os sujeitos terão preservados os seus arquivos pessoais, somente aqueles cuja trajetória possa, de alguma forma, influenciar a sociedade, “[...] ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade” (Bellotto, 2006, p. 266). Camargo (2009), no mesmo sentido, evidencia que a formação desses acervos somente faz sentido para sujeitos que atingiram certo “prestígio” social, e por isso merecem ter seus registros custodiados e disseminados.

José Américo é, sem dúvida, uma personalidade que se encaixa nessas características. Nascido em Areia, Paraíba, em 10 de janeiro de 1887, formado em Direito, foi um indivíduo muito atuante no cenário brasileiro do século XX. Na literatura, destacou-se com a publicação de *A bagaceira* (1928), obra que inaugura o movimento denominado Romance de 30, produção ficcional brasileira muito semelhante ao Realismo machadiano, mas com a presença do regionalismo e das conquistas modernistas de introspecção e liberdade linguística. Sua ampla contribuição para a literatura, lhe permitiu ocupar a cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras, tendo sido eleito em 27 de outubro de 1966. Na política, José Américo, além de governador da Paraíba (1950), Deputado Federal (1930), senador (1935 e 1947), foi ministro da Viação e Obras públicas (1930 e 1953) e pré-candidato à Presidência da República nas eleições de 1938, suspensas pelo Estado Novo promovido por Getúlio Vargas, seu então amigo e apoiador. Além disso, foi nomeado embaixador junto ao Vaticano (1934), porém renunciou ao cargo. Seus registros documentais não apenas revelam eventos fundamentais para a compreensão social de uma época, mas também refletem seu pensamento, sua interpretação pessoal dos fatos e até confidências que jamais ousou expressar. Oliveira (2013) explica que os arquivos pessoais representam a vida de seu titular, suas relações e seus negócios, ou seja, registros de seu papel na sociedade em um sentido amplo. Nesse ínterim, a autora complementa:

É no universo circunscrito ao “eu”, que os arquivos pessoais são produzidos. Na dimensão do indivíduo, o processo de acumulação dos documentos que dará a origem a um arquivo representa a visão do indivíduo de si, do que entende como suas necessidades e, dessa forma, serão os registros de sua relação com a sociedade em seus distintos



papéis. O processo de construção da memória do indivíduo poderá contribuir para a construção da memória coletiva. Esse processo é dinâmico, ambivalente e complexo, porque a memória coletiva é também um dos elementos de experiência do indivíduo. Essa relação, apesar dos arquivos não se constituírem originalmente como memória, estará representada nos documentos acumulados pelo sujeito inscrito na sociedade (Oliveira, 2013, p. 35).

Assim, entende-se que os arquivos pessoais são frutos da condição humana e social de seu produtor, gerados a partir de um contexto específico, marcado por suas experiências e vivências. Embora produzidos no âmbito da individualidade, esses registros possuem um caráter coletivo, uma vez que podem contribuir significativamente para a construção da memória social. Como afirma Oliveira (2013), os arquivos pessoais não se limitam a ser reflexos da vida privada do sujeito, mas também são mediadores da relação entre o indivíduo e a sociedade.

Nesse contexto, embora os manuscritos de José Américo tenham origem em uma experiência pessoal, eles oferecem valiosas informações sobre as dinâmicas sociais, culturais e políticas de sua época, contribuindo para o enriquecimento da memória coletiva e ampliando a compreensão da história. No entanto, para que essa contribuição se concretize, é fundamental que esses documentos estejam acessíveis aos usuários, sem dispersão e respeitando as relações orgânicas. Camargo e Goulart (2007) enfatizam que o princípio fundamental na organização de um acervo pessoal é tratá-lo como um conjunto indissociável, no qual as partes só têm sentido quando consideradas em suas inter-relações, reconhecendo seus vínculos com as atividades e funções de onde se originaram. “Qualquer outro tratamento [...] poria em risco a organicidade da documentação” (Camargo; Goulart, 2007, p. 35-36), ou seja, comprometeria sua função no processo de construção da memória social.

3 DA INVISIBILIDADE AO SILENCIAMENTO ARQUIVÍSTICO: o caso dos manuscritos de José Américo de Almeida

Os manuscritos de José Américo permaneceram silenciados por mais de quatro décadas devido às dificuldades de leitura e à impossibilidade de identificação do seu conteúdo informacional. Bruno Comparato (2014, p. 146) argumenta que o “silêncio pode ter vários significados e nem todos silenciam pelas mesmas razões”, indicando que o silêncio não constitui fenômeno homogêneo, mas uma condição que assume diferentes



significados conforme o contexto, as circunstâncias e as relações institucionais que o produzem.

No caso dos manuscritos de José Américo, esse silêncio pode ser inicialmente compreendido como resultado de barreiras técnicas concretas, especialmente a ilegitimidade decorrente das particularidades gráficas do titular, a inexistência de instrumentos interpretativos capazes de auxiliar a leitura e a ausência, à época, de profissionais com formação específica em Paleografia aptos a enfrentar esse desafio de maneira sistemática. Tais fatores ajudam a explicar o adiamento do tratamento documental. Entretanto, a permanência dessa situação por período tão prolongado suscita uma questão central: até que ponto a ausência institucional de competências técnicas e de priorização para o enfrentamento desse problema pode ser compreendida como expressão de uma política de esquecimento?

Johann Michel (2010, p. 24) sustenta uma compreensão mais restritiva desse conceito ao afirmar que “sem uma decisão pública claramente identificável, sem o projeto deliberado de passar ao silêncio alguns acontecimentos históricos, o esquecimento não pode se traduzir como política do esquecimento”. A perspectiva do autor chama atenção para a necessidade de distinguir o esquecimento produzido por ações intencionais daquele decorrente de contingências institucionais ou limitações operacionais. Todavia, no campo arquivístico, entende-se que os efeitos do esquecimento podem ultrapassar a existência de decisões formalmente explicitadas. A ausência prolongada de intervenção, a naturalização de obstáculos técnicos e a não priorização de determinados conjuntos documentais podem produzir efeitos concretos de restrição informacional, ainda que não estejam associadas a projetos deliberados de apagamento.

Neste trabalho, adota-se, portanto, uma compreensão ampliada de política de esquecimento, entendida não como ato necessariamente deliberado de ocultamento, mas como resultado de escolhas institucionais, explícitas ou tácitas, que, ao estabelecer prioridades, distribuir recursos e definir temporalidades de intervenção, condicionam as possibilidades de acesso e representação documental. Compreende-se a invisibilidade documental como a condição de baixa inteligibilidade e reduzida mediação arquivística que impede determinados documentos de integrarem plenamente os circuitos institucionais de representação e acesso. Tal entendimento aproxima-se das reflexões de Harris (2007), ao evidenciar que as ausências arquivísticas não decorrem apenas da inexistência material dos registros, mas também das formas pelas quais os arquivos



produzem zonas de opacidade e exclusão informacional. A invisibilidade é condição produzida pela insuficiência de mediações técnicas, enquanto o silenciamento arquivístico pode ser compreendido como um efeito possível de sua permanência prolongada, manifestando-se na restrição da circulação social da informação e na limitação de sua apropriação nos processos de construção da memória.

O caso dos manuscritos de José Américo não autoriza afirmar a existência de intenção política voltada ao apagamento deliberado da documentação. Contudo, permite reconhecer que a manutenção prolongada de sua inacessibilidade produziu efeitos análogos aos processos de silenciamento, restringindo as possibilidades de consulta, circulação pública e apropriação social desses registros.

Essa reflexão aproxima-se da discussão proposta por Robson William Potier (2017, p. 22), ao afirmar que o silêncio já está presente nas escolhas que estruturam qualquer narrativa: “ao se decidir narrar algo a partir da enunciação de determinados elementos [...] outros elementos são silenciados”. Ainda que Potier se refira à construção discursiva, sua reflexão é produtiva para pensar o campo arquivístico, uma vez que também os arquivos são atravessados por escolhas técnicas e institucionais que definem o que ingressa efetivamente nos fluxos de descrição, mediação e acesso.

Os efeitos dessas dinâmicas ultrapassam a esfera técnica, pois orientam as possibilidades de visibilidade documental e condicionam aquilo que poderá ser incorporado aos processos sociais de memorização. A própria construção do arranjo arquivístico envolve uma dimensão de poder, na medida em que estabelece prioridades e condiciona as possibilidades de circulação da informação. Oliveira (2023) ressalta que a consciência acerca das relações de poder que atravessam o fazer arquivístico constitui condição essencial para que as decisões técnicas estejam assentadas em fundamentos mais sólidos e possam responder de forma efetiva às demandas sociais. Para a autora, esse reconhecimento não deve permanecer apenas no plano retórico, mas precisa orientar concretamente o delineamento das práticas arquivísticas, permitindo que os sujeitos envolvidos compreendam as tessituras que engendram suas ações.

Essa perspectiva reforça a compreensão de que as escolhas técnicas, ainda que fundamentadas em critérios operacionais, não se encontram dissociadas de implicações políticas e sociais. Como destacam Ricoeur (2007), Assmann (2011) e Le Goff (2003), memória e esquecimento constituem processos inseparáveis e historicamente disputados, atravessados por relações de poder que condicionam aquilo que pode ser



lembrado, narrado e socialmente apropriado. Ricoeur (2007, p. 452) observa que “muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória”. Sua reflexão permite compreender que o esquecimento arquivístico não se manifesta apenas pela destruição material ou pelo ocultamento deliberado, podendo também decorrer da ausência de mediações técnicas capazes de tornar acessíveis documentos preservados fisicamente, mas informacionalmente inacessíveis.

O arquivista, ao realizar as atividades técnicas de sua profissão, influencia diretamente o discurso construído sobre o passado, selecionando o que será preservado, descrito e disponibilizado à pesquisa. Como explica Hedstrom (2017, p. 249-250), ao tomarem decisões sobre quais documentos serão disponibilizados para o estudo do passado, os profissionais influenciam diretamente as possibilidades de construção da memória coletiva e, conseqüentemente, as histórias que poderão ser narradas.

No caso analisado, a problemática torna-se ainda mais sensível quando se observa que, mesmo diante da impossibilidade de acesso intelectual pleno, medidas básicas de conservação preventiva poderiam ter sido adotadas para assegurar melhores condições de preservação física do conjunto até que os entraves técnicos fossem superados. Ainda que a leitura paleográfica demandasse competências especializadas e recursos técnicos específicos, procedimentos elementares de conservação preventiva, como higienização e acondicionamento adequado, poderiam ter sido executados com o objetivo de estabilizar fisicamente a documentação e retardar seu processo de degradação. Ao longo desse período, o conjunto permaneceu acondicionado de forma precária, com caixas abarrotadas de documentos submetidas às condições ordinárias de guarda da instituição, cenário que potencializou riscos à integridade material do acervo.

Cassares (2000) destaca que os documentos, quando submetidos a condições inadequadas de preservação, tendem a apresentar danos progressivos que podem conduzir “[...] a um estado de perda total”. Para evitar esse desfecho, segundo a autora, faz-se necessária a realização de intervenções capazes de promover a estabilização documental e interromper os processos de deterioração.

A ausência prolongada de ações preventivas reforça a compreensão de que o silenciamento arquivístico não se restringe à dimensão do acesso intelectual, manifestando-se também nas condições materiais de preservação. A ausência de intervenção técnica sistemática, somada à inexistência de estratégias consistentes de reinserção arquivística do conjunto, resultou na invisibilização desse material,



comprometendo sua função informacional e sua vinculação orgânica ao restante do fundo. Assim, mais do que atribuir intencionalidade política à instituição custodiante, o caso dos manuscritos de José Américo evidencia como a ausência prolongada de tratamento técnico pode produzir invisibilização documental e limitar a pluralidade interpretativa sobre determinado sujeito histórico.

Durante esse período, o fundo José Américo de Almeida foi amplamente utilizado como base para pesquisas. Entretanto, os manuscritos permaneceram fora das possibilidades efetivas de consulta pública e de uso sistemático pelos pesquisadores. Isso possivelmente contribuiu para que determinadas dimensões da trajetória intelectual, política e pessoal do titular permanecessem à margem das interpretações historicamente construídas.

É importante ressaltar, contudo, como observa Millar (2006, p. 115), que “os arquivos não são memórias, mas nós criamos ou guardamos documentos de arquivo para manter um pedaço de prova que nos permita lembrar de um evento”. Assim, o papel do tratamento arquivístico não consiste em produzir memória, mas em criar condições para que os documentos possam cumprir sua função probatória e informacional. Nesse sentido, a organização e a disponibilização dos manuscritos representam não apenas uma etapa técnica de tratamento arquivístico, mas um movimento de reinserção documental no circuito da memória social. Ao restituir visibilidade a registros historicamente marginalizados pelas limitações de acesso, o trabalho arquivístico contribui para ampliar as possibilidades interpretativas sobre a trajetória de José Américo de Almeida e para reafirmar o papel dos arquivos como espaços de mediação crítica entre memória, informação e sociedade.⁹

4 DO SILENCIAMENTO À DIFUSÃO: estratégias técnico-metodológicas no tratamento dos manuscritos

Conforme destacam Martins, Lunardelli e Aleixo (2023), cada acervo apresenta especificidades que desafiam os saberes arquivísticos e demandam a construção de estratégias metodológicas compatíveis com suas singularidades, ainda que sempre orientadas pelos fundamentos técnicos da área.

No caso dos manuscritos de José Américo de Almeida, as dificuldades impostas pela complexidade paleográfica, somadas à ausência histórica de recursos humanos



especializados e de condições institucionais adequadas para o enfrentamento sistemático dessa problemática, contribuíram para a permanência do conjunto em condição de invisibilidade documental por longo período. Entretanto, como discutido na seção anterior, a persistência dessa condição não pode ser compreendida apenas como consequência inevitável de limitações técnicas, mas também como resultado da ausência de estratégias institucionais consistentes e de priorização capazes de enfrentar o problema. A mudança nesse cenário ocorreu a partir de 2021, quando a atual gestão da Fundação Casa de José Américo, ao reconhecer a relevância histórica e informacional desse conjunto documental, mobilizou esforços para viabilizar sua inserção nas agendas institucionais de preservação e pesquisa. Por meio da articulação com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (SECTIES) e com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB), foi estruturada uma parceria que possibilitou a constituição de equipe multidisciplinar composta por arquivistas, paleógrafos, historiadores e um pesquisador da área de Ciência de Dados e Inteligência Artificial.

Mais do que responder a uma demanda administrativa pontual, essa iniciativa representou a criação das condições técnicas, metodológicas e financeiras necessárias para enfrentar um desafio historicamente acumulado e até então considerado de difícil operacionalização, tornando possível submeter esse conjunto documental, pela primeira vez de forma sistemática, a procedimentos técnicos de preservação, identificação e descrição arquivística. Cabe salientar que a equipe foi constituída após um planejamento prévio das atividades necessárias ao tratamento desse conjunto documental, que incluiu: a) atividades de estabilização do acervo; b) digitalização; c) uso de fundamentos paleográficos; d) descrição; e) organização física do acervo; f) criação de instrumentos de pesquisa.

As duas primeiras atividades estavam ligadas à necessidade de preservação, haja vista que o acervo já apresentava limitações de manuseio devido à acidificação do suporte. Assim, todos os documentos foram higienizados, retirados das caixas de papel Kraft, separados por acondicionamento individual, tiveram rasgos reparados com fita Filmoplast e foram identificados com um código alfanumérico provisório. Em seguida, foram digitalizados em um scanner planetário da marca alemã *Zeutschel*, modelo OS 12000, com processamento das imagens em 400 dpi, escala de cinza e armazenamento no formato TIFF, seguindo as Recomendações para Digitalização de Documentos



Arquivísticos Permanentes do CONARQ (2010). A estabilização física e a constituição desse acervo digital estruturado foram etapas fundamentais para viabilizar o avanço das análises voltadas à identificação do conteúdo informacional da documentação. Foi nesse contexto que, simultaneamente às atividades de preservação e digitalização, passaram a ser mobilizados procedimentos metodológicos derivados da tradição paleográfica, adaptados às especificidades da escrita contemporânea de José Américo de Almeida. Embora a Paleografia, em sua acepção clássica, esteja voltada ao estudo das escritas antigas, conforme destacam Acioli (1994) e Spina (1977), seus aportes analíticos mostraram-se fundamentais para o estudo e interpretação dos grafemas produzidos pelo titular. Esse processo resultou na elaboração de um quadro grafemático (alfabeto-guia), construído a partir do mapeamento morfológico da escrita, que passou a subsidiar a identificação do conteúdo informacional dos manuscritos.

Figura 1 – Identificação dos grafemas

| Maiúsculas | | Minúsculas | |
|------------|-----|------------|-----|
| A | AAA | a | aaa |
| B | BB | b | bbb |
| C | CC | c | ccc |
| D | DD | d | ddd |
| E | EE | e | eee |
| F | FF | f | fff |
| G | GG | g | ggg |
| H | HH | h | hhh |
| I | II | i | iii |
| J | JJ | j | jjj |
| K | KK | k | kkk |
| L | LL | l | lll |
| M | MM | m | mmm |
| N | NN | n | nnn |
| O | OO | o | ooo |
| P | PP | p | ppp |
| Q | QQ | q | qqq |
| R | RR | r | rrr |
| S | SS | s | sss |
| T | TT | t | ttt |
| U | UU | u | uuu |
| V | VV | v | vvv |
| X | XX | x | xxx |
| Y | YY | y | yyy |
| W | WW | w | www |
| Z | ZZ | z | zzz |

| PALAVRAS | | | |
|-------------|-----------|------|------|
| PRAZO = | prazo | | |
| CASA = | caza | | |
| CASAMENTO = | casamento | | |
| HIPOTECA = | hipoteca | | |
| COM = | com | | |
| MAS = | mas | | |
| DESAGRAVO = | desagravo | | |
| SEU = | seu | | |
| OPORTO = | oportu | | |
| ES = | es | | |
| ESPERA = | espera | | |
| JÁ = | ja | | |
| SENTIA = | sentia | | |
| NO'VAR = | novar | | |
| QUE = | que | | |
| EUA = | eua | | |
| TIPO = | tipo | | |
| ETC = | etc | | |
| TR = | tr | | |
| CHERES = | cheres | | |
| GETULIO = | getulio | | |
| TODO = | todo | | |
| 1-11 | 4.44 | 7.77 | 0.00 |
| 2-222 | 5.55 | 8.88 | |
| 3-33 | 6.66 | 9.9 | |

Fonte: Acervo do projeto (2023)

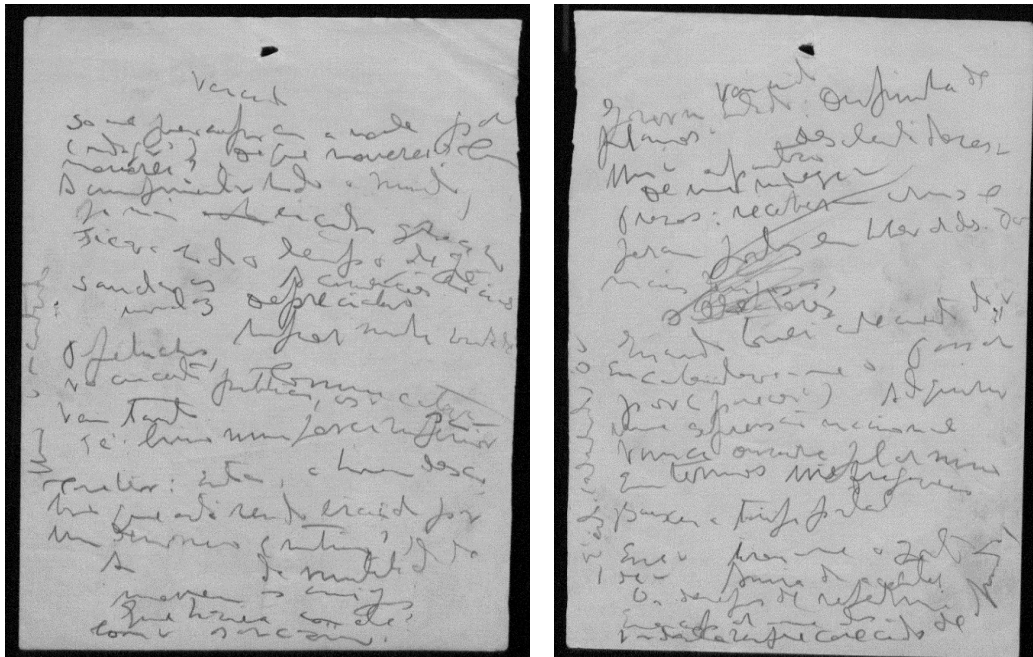
A partir dessas estratégias paleográficas, os pesquisadores começaram a identificar o conteúdo informacional dos documentos e transpor os dados em uma planilha do Microsoft Excel, com os seguintes campos: 1) Nº de identificação; 2) Espécie/Tipo; 3) Título; 4) Local; 5) Data; 6) Quantidade de imagens; 7) Formato; 8) Técnica de registro; 9) Autoria intelectual; 10) Autoria material; 11) Notas sobre conservação; 12) Conteúdo; 13) Contexto; 14) Palavras-chave; 15) Observações; 16)



Profissional responsável. Com base nessas informações, os manuscritos serão organizados, descritos e os instrumentos de pesquisa poderão ser criados.

Visando acelerar a identificação do conteúdo informacional dos documentos, foram testadas ferramentas tecnológicas, como o *Transkribus*³ e bases neurais de leitura de “manuscritos contemporâneos” desenvolvidas por pesquisadores locais. No entanto, essas alternativas se mostraram inviáveis diante das particularidades dos textos de José Américo, que incluíam letras pouco definidas, folhas sem pautas, escrita irregular (alternância de linhas horizontais e verticais), abreviaturas e palavras riscadas. Diante dessas limitações, tornou-se necessário dar continuidade ao tratamento manual.

Figura 2 – Manuscritos de JAA



Fonte: Acervo do projeto (2024)

Para tanto, partindo do entendimento de que a tecnologia pode constituir importante aliada na decifração dessa escrita, e considerando que os paleógrafos estão concentrados no levantamento do conteúdo informacional, sem foco na transcrição integral dos grafemas, passou a ser desenvolvida, por um membro da equipe, uma ferramenta de Inteligência Artificial (IA) destinada a auxiliar futuros usuários na leitura dos manuscritos. Para sua construção, palavras vêm sendo identificadas, extraídas dos documentos e submetidas ao Processamento Digital de Imagens (PDI), com vistas ao

³ Transkribus é uma plataforma para reconhecimento de texto, análise de imagens e reconhecimento de estrutura de documentos históricos.



aprimoramento da qualidade visual e à eliminação de ruídos, sendo posteriormente incorporadas a uma base de dados específica para o treinamento do modelo. Até dezembro de 2025, aproximadamente 7.000 palavras encontravam-se tratadas e validadas, quantitativo expressivo, embora ainda insuficiente para assegurar níveis satisfatórios de robustez estatística, razão pela qual foi estabelecida como meta mínima a constituição de um conjunto com pelo menos 10.000 palavras.

Ainda assim, o estágio alcançado permitiu, em maio de 2026, o avanço para testes preliminares a partir da aplicação de técnicas de *fine-tuning* sobre modelo previamente treinado com o dataset IAM, amplamente utilizado em tarefas de reconhecimento de escrita manuscrita, e posteriormente ajustado com o conjunto específico de dados extraídos dos manuscritos de José Américo de Almeida. Esse procedimento permitiu que o modelo se adaptasse às especificidades gráficas da escrita de JAA, aproximando-o das singularidades paleográficas do acervo.

Os testes realizados até o momento mostram-se promissores, uma vez que a saída bruta do modelo já demonstra capacidade de produzir previsões graficamente próximas às unidades analisadas, apresentando níveis iniciais de aproximação que atestam a viabilidade da proposta. Embora ainda sejam necessários refinamentos metodológicos e ampliação da base de treinamento para o aprimoramento da acurácia, as evidências já obtidas indicam potencial consistente para o desenvolvimento de uma ferramenta capaz de apoiar, de forma complementar, os processos futuros de leitura automatizada desse conjunto documental.

Tal perspectiva evidencia que, embora a ferramenta ainda demande ampliação da base de dados e aperfeiçoamentos metodológicos, já apresenta sinais consistentes de potencial para apoiar a leitura paleográfica automatizada, configurando-se como recurso complementar capaz de ampliar as possibilidades futuras de acesso e interpretação desse acervo.

Não obstante os avanços observados nessa frente tecnológica, importa ressaltar que todo o trabalho tem sido pautado na necessidade de identificar o conteúdo informacional, de modo que esses documentos possam atender de forma efetiva às demandas informacionais dos usuários e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de apropriação social da informação e de reinserção desses registros nos processos de construção da memória. Oliveira (2013, p. 43) pontua, contudo, que somente por meio da descrição essa premissa se efetiva: “É no processo de produção das representações dos



arquivos que arquivistas têm a oportunidade de ampliar os usos e usuários dos arquivos e contribuir assim para a construção da memória da sociedade”. Os resultados já alcançados evidenciam, na prática, essa potencialidade.

Até o momento, foram identificadas e descritas 13 caixas-arquivo, totalizando 906 documentos, que resultaram na geração de 17.958 imagens digitais. As espécies, tipos e formatos mais recorrentes foram cartas, telegramas, discursos, apontamentos, relatórios, poemas, rascunhos de textos literários, incluindo versões não publicadas e outros integralmente inéditos, minutas de documentos (alguns nunca enviados), cadernetas, listas, roteiros teatrais e/ou cinematográficos, planejamentos editoriais e revisões de textos de terceiros, entre outros. Tal diversidade evidencia a heterogeneidade do acervo e reforça a necessidade de continuidade das estratégias voltadas à sua organização, descrição e preservação. Para além dos resultados quantitativos, esses avanços têm repercutido diretamente na reconfiguração institucional do tratamento do acervo.

No plano institucional, destaca-se ainda a participação da arquivista coordenadora nas reuniões de revisão do arranjo do fundo José Américo de Almeida e na elaboração do futuro guia do acervo. Nesse contexto, observa-se que as ações já implementadas vêm contribuindo de forma efetiva para retirar esse conjunto documental da condição de invisibilidade a que esteve historicamente submetido, transformando-o em um acervo ativo, passível de consulta e apropriação por diferentes públicos. O percurso, que articulou saberes arquivísticos, paleográficos, tecnológicos e de preservação, demonstrou que a difusão não constitui simplesmente uma etapa final, mas o resultado de um processo técnico-metodológico orientado à preservação, organização e contextualização dos documentos, garantindo sua integridade e ampliando suas possibilidades de uso. Ao transitar da invisibilidade para a circulação informacional, o acervo reafirma sua condição de patrimônio documental estratégico para a compreensão da trajetória intelectual de José Américo de Almeida e para o fortalecimento da memória coletiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste artigo permitiram problematizar as condições que contribuíram para a permanência dos manuscritos de José Américo de Almeida à margem do circuito informacional por longo período, evidenciando como limitações técnicas, ausência histórica de competências especializadas e insuficiente priorização



institucional podem produzir efeitos concretos de invisibilidade documental. Mais do que atribuir intencionalidade direta a esse processo, a análise permitiu compreender que determinadas condições institucionais, quando naturalizadas ao longo do tempo, podem resultar na postergação de intervenções arquivísticas fundamentais para a organização, preservação e acesso a conjuntos documentais complexos.

No caso específico dos manuscritos de José Américo de Almeida, a pesquisa demonstrou que as dificuldades de leitura, associadas às particularidades paleográficas da escrita do titular, constituíram entraves objetivos ao tratamento técnico do acervo. Contudo, evidenciou também que tais obstáculos não inviabilizavam, por si só, a adoção de medidas preventivas de preservação e a construção gradual de estratégias metodológicas voltadas ao seu enfrentamento.

Os resultados alcançados até o presente momento permitem afirmar que o trabalho desenvolvido vem promovendo o deslocamento desse conjunto documental da condição histórica de invisibilidade para um processo progressivo de organização, descrição e circulação informacional. Embora o preenchimento integral das planilhas descritivas ainda esteja em fase de conclusão, a totalidade dos documentos já passou por identificação preliminar, possibilitando o reconhecimento geral de seu conteúdo informacional e de seus tipos documentais. Esse processo permitiu localizar numerosos registros aparentemente inéditos, incluindo textos literários, apontamentos e versões documentais ainda não incorporadas ao circuito de pesquisa. Nesse sentido, as ações previstas para a continuidade do projeto concentram-se na finalização das planilhas descritivas, na elaboração do instrumento de pesquisa e na ampliação das estratégias de divulgação desse acervo, especialmente no que se refere aos conjuntos inéditos identificados. Trata-se de etapa decisiva para assegurar a consolidação pública desses registros como fontes efetivamente acessíveis à investigação.

Considerando a centralidade de José Américo de Almeida para a história política, intelectual e literária da Paraíba e do Brasil, torna-se fundamental que tais documentos sejam progressivamente incorporados às agendas de pesquisa, abrindo novas possibilidades analíticas sobre sua trajetória e favorecendo investigações ainda por desenvolver. Mais do que concluir um processo técnico, trata-se de viabilizar novas possibilidades de investigação histórica, literária e arquivística a partir de fontes até então pouco acessíveis. Nesse contexto, reafirma-se que a atuação arquivística não se restringe à aplicação de procedimentos técnicos, exigindo também postura crítica diante das



condições institucionais que interferem na visibilidade, no acesso e na permanência social dos documentos. Reconhecer essa dimensão implica compreender o arquivista como agente capaz de enfrentar processos de invisibilização documental, propor caminhos metodológicos e contribuir para a democratização do acesso à informação.

Por fim, o caso analisado evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas arquivísticas voltadas ao tratamento de acervos pessoais complexos, especialmente aqueles marcados por desafios paleográficos e materiais. Para além de seus resultados imediatos, a experiência desenvolvida junto aos manuscritos de José Américo de Almeida apresenta potencial para constituir referência metodológica para outras instituições custodiadoras que enfrentam problemáticas semelhantes, contribuindo para o amadurecimento das discussões arquivísticas contemporâneas acerca da preservação, representação, acesso e ativação social da memória.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos**. Recife: UFP/Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1994.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: IFHC, 2007.

CARVALHO, Gilcinei Teodoro (ed.). Grafema. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva, *et al.* **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/grafema>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CASSARES, Norma. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

COMPARATO, Bruno Konder. Memória e silêncio: a espoliação das lembranças. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 92, p. 145-176, 2014.



HARRIS, Verne. **Archives and justice: a South African perspective**. Chicago: Society of American Archivists, 2007.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 237-259.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **Rastros na areia: solidão e glória de José Américo**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1994.

MARTINS, Priscila Rosa; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; ALEIXO, Diana Vilas Boas Souto. Organização de arquivos pessoais: uma revisão de teoria e práticas. **Oficina: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, São Paulo, v.2, n. 2, p. 85-108, 2023.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 14-26, ago./nov. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9545>. Acesso em: 28 maio 2026.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, Ottawa, n. 61, p. 105-126, Spring 2006.

OLIVEIRA, Danielle Alves de. **Perspectivas teóricas e pragmáticas da arquivologia e seus impactos na preservação da memória social**. 2023. 174 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 28-51, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/>. Acesso em: 20 maio 2025.

POTIER, Robson William. Considerações sobre memória, silêncio e esquecimento: a literatura e a produção de esquecimento a partir do não dito. ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11, 2017, Fortaleza. *In*: **Anais...** Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 2017. p. 1-30. Disponível em: <https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/site/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: crítica textual**. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.



© 2026 UFPB

Editora

Ediane Toscano Galdino de Carvalho, UFPB

Leitora de Prova

Ediane Toscano Galdino de Carvalho, UFPB

Capa

Marcílio Herculano da Costa, IFMT

Editor de Design

Marcílio Herculano da Costa, IFMT

Apoio Técnico -Portal de Periódicos Científicos Eletrônicos da UFPB

Cassandra Campos (Editora de publicações), UFPB

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion>
archeionline@gmail.com

Archeion Online. – Vol. 1, n. 1 (jul./dez. 2013)- . – João Pessoa :
Coordenação do Curso de Arquivologia/UFPB, 2013-

Revista eletrônica de Arquivologia/UFPB - Semestral - V.14, n.1, 2026
Editora: Profa. Dra. Ediane Toscano Galdino de Carvalho

ISSN 2318-6186

1. Arquivologia. I. Universidade Federal da Paraíba. II. Coordenação do
Curso de Arquivologia. III. Título.

CDU 930.25

Conselho Editorial

Ana Claudia Cruz Córdula, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Carla Maria de Almeida, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Genoveva Batista do Nascimento, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Juliane Teixeira da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Patrícia Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Rayan Aramis de Brito Feitosa, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Roza Zuleide, Universidade Federal da Bahia, Brasil